

Velhos e novos materiais da expansão asturiana e leonesa no Ocidente peninsular entre os rios Douro e Mondego.

(Muitas) hipóteses e (poucas) conclusões

Old and new materials from asturian and leonese expansion in western peninsula, between the rivers Douro and Mondego. (Many) hypotheses and (few) conclusions

Paulo Almeida Fernandes*

RESUMO

Entre a segunda metade do século IX e o final da centúria seguinte, o território situado entre os rios Douro e Mondego foi um campo aberto à expansão asturiana e leonesa. Dessa dinâmica colonizadora chegou até hoje um conjunto apreciável de documentação, um número restrito de materiais tipológicos descontextualizados arqueologicamente e um ou outro monumento que, na sua complexa história, integra elementos relacionáveis com o que se conhece da arte asturiana e leonesa.

Neste artigo, proponho um conjunto de hipóteses acerca da evolução de um território específico, integrado numa longa duração civilizacional. Diferentes agentes, imbuídos de distintas ambições, foram responsáveis pela alteração da paisagem e deixaram marcas físicas da sua acção. A reconstituição histórica deste fenómeno não é fácil nem isenta de dúvidas, tal como problemática é a caracterização dos principais monumentos e respectivos programas fundacionais. As igrejas de Balsemão e de Lourosa continuam a ser os mais eloquentes testemunhos nesta área, mas há novos companheiros de viagem como a torre de Trancoso, o sítio do Prazo ou as recentes descobertas na área da Senhora do Barrocal. O mais vasto panorama, contudo, comporta silêncios, hiatos e duvidosas realizações que importa questionar e contextualizar.

Palavras-Chave: Reino das Astúrias; Reino de Leão; Arte pré-românica; Portugal; Reconquista

ABSTRACT

Between the second half of the 9th century and the end of the next, the territory between the Douro and Mondego rivers was an area open to the Asturian and Leonese expansion. Of that colonizing dynamics, a considerable number of documents has survived, as well as a limited group of archaeologically decontextualized typological materials and a few monuments, which in their complex history, include elements that can be related to what is known of the Asturian and Leonese art.

In this article, I propose a number of hypotheses about the evolution of a particular territory over a long civilization period. Different agents, imbued with distinct ambitions, were responsible for the landscape change and left physical marks of their actions. The historical reconstruction of this phenomenon is neither easy nor free from doubt, and the characterization of the main monuments and corresponding foundational programs is also problematic. The Balsemão and Lourosa churches remain the most eloquent testimony in this area, but they have new travel companions, such as the Trancoso Tower, the Prazo venue or recent discoveries in the area of Senhora do Barrocal. The wider picture, however, includes silences and dubious realizations that are important to question and contextualize.

Key words: Asturian Kingdom, Leonese Kingdom, pre-Romanesque art, Portugal, Reconquista.

* Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (Universidade de Coimbra). Colaborador do Instituto de Estudos Medievais (Universidade Nova de Lisboa). Proyecto de investigación *Arqueología de las iglesias hispánicas del siglo X: la circulación de modelos arquitectónicos y decorativos* (HAR 2012-35222), MINECO (2013-15).

Introdução

O território situado entre os rios Douro e Mondego foi objecto de colonização asturiana e leonesa entre os meados do século IX e o final do século X. A rica documentação reunida nas colecções *Portugalia Monumenta Historica* e *Livro Preto da Sé de Coimbra* dão conta dessa dinâmica expansionista setentrional, revelando simultaneamente os seus protagonistas, as relações familiares entre estirpes regionais dominantes e sua relativa proximidade ou afastamento para com os diferentes monarcas, bem como parte importante dos locais que incluíram nos seus domínios.

A visão proporcionada pelo registo documental, todavia, é apenas parcial. Na verdade, recentes contributos por parte da arqueologia e da história da arte ampliaram extraordinariamente o panorama da expansão asturiano-leonesa pelo actual centro de Portugal, e prevêem-se novos e tão ou mais relevantes resultados nos próximos anos. Enquanto a documentação privilegia uma faixa relativamente litoral, situada entre Santa Maria da Feira e Coimbra, um mais detalhado estudo do território (que inclui escavações arqueológicas, estudos de arqueologia da arquitectura e a catalogação de elementos artísticos tipologicamente aparentados com o registo construtivo asturiano e leonês) permite incluir na mesma dinâmica de progressão para Sul regiões mais interiores, algumas insuspeitas até há pouco tempo. O panorama assim obtido, para além de diametralmente oposto ao proporcionado pela leitura da documentação que chegou até hoje, confere ao território situado entre os rios Douro e Mondego uma grande densidade de locais vinculados a agentes do Norte peninsular, ao mesmo tempo que revela a sua relativa homogeneidade, factores que só podem ser interpretados como uma consciente tentativa de controlar e colonizar aquela imensa comarca.

Este artigo corresponde a uma interpretação sobre a mais restrita informação fornecida por documentos, vestígios materiais e indícios de outras naturezas. Terei a preocupação de afirmar o que é evidência propor-

cionada por numerosos estudos, e de colocar prudentemente no campo das hipóteses o que corresponde à interpretação que faço acerca da evolução histórica da região e da natureza cronológica (por vezes tipológica e “estilística”) de determinados vestígios materiais. Neste trabalho, cruzam-se dados de distinta procedência, alguns (poucos) de natureza arqueológica e outros (ainda mais raros) resultantes de estudos de arqueologia da arquitectura (Lourosa e Sé de Viseu). No entanto, dada a frequente descontextualização de achados escultóricos e arquitectónicos, o método mais utilizado continua a ser o comparativo, mais próprio da História da Arte, ainda que matizado por discursos de outras ciências que actuam também sobre esta realidade histórica e material. O pano de fundo é proporcionado por um extenso inquérito à rica documentação da época, que subsiste em quantidade assinalável.

1. Da invisibilidade emiral

Partilho da opinião de que houve uma deliberada renúncia por parte do Emirato de Córdova em ocupar zonas mais periféricas em relação aos meridionais locais privilegiados de instalação dos conquistadores de 711. Aos argumentos de natureza histórica, que não poderei aqui desenvolver (MANZANO, 2006: 91-92; FELIPE, 1997: 21; GUICHARD, 1976: 266; GERBET, 2001: 192, entre muitos outros), junta-se a evidência material. Neste último campo, é flagrante a ausência de vestígios materiais que possam ser atribuídos à presença emiral no território em estudo.

Diversos autores têm sugerido que a submissão de Coimbra aos conquistadores tenha sido pacífica, possivelmente obtida por pacto (REAL, 2014: 23, entre outros; MACIAS, 2005: 811 e 813). A cidade parece ter sido saqueada por Abd al-Aziz logo em 715-716, possivelmente por se ter rompido o pacto previamente estabelecido? A historiografia tradicional atribuiu a existência de um segundo pacto, ao redor de 734 (PICARD, 2000: 23), mas já foi provada a sua falsidade (GOMES, 2000: 124; ALARCÃO, 2004: 84; AILLET, 2009: 74-75). As escassas referências

a Coimbra na segunda metade do século VIII estão longe de certificar um inequívoco vínculo da cidade ao bloco islâmico. Não está provada a cátedra conimbricense do bispo Servando (referido em 770, REAL, 2000: 46) nem a existência de Abu l-Fath al-Saduri, asceta berbere que, segundo os *Akhbar Majmu'a*, ter-se-ia estabelecido na zona do baixo-Mondego e dedicado a praticar a “guerra santa” na região (PIMENTEL, 2003: 138). A informação mais concreta data de 787 e diz respeito ao diácono Rodrigo, que se instalou na diocese de Mondoñedo e aí fundou três igrejas (GONZÁLEZ PAZ, 2006: 445). Desconhece-se a razão que levou o diácono a sair de Coimbra escassos anos antes – *egressus fuit de Colimbría Civitas* (como indica o seu testamento, publ. FLORIANO, 1949-51: 85) –, mas não é lícito interpretar a sua instalação em Mondoñedo como uma fuga em direcção a zonas menos ocupadas pelos muçulmanos. Que a cidade não se terá convertido num baluarte das forças meridionais atesta-o o ataque desferido por Abd al-Malik ben Mugit, no final do século, o qual terá provocado um saque considerável, a morte de muitos habitantes e a redução à condição de escravos de outros tantos (ALARCÃO, 2004: 18). Uma informação duvidosa que anda associada a esta expedição relaciona o ataque de al-Malik com a destruição da catedral e do palácio de Afonso II¹. Só na década de 20 do século IX é que a cidade parece ter sido submetida pelo clã berbere dos Banu Danis, família que liderou os destinos de Coimbra durante aproximadamente meio século, até 875, ano em que foi suplantada pelo rebelde Sa'dun b. Fath al-Surumbaqi (CATARINO, 2005: 203-204). A primeira fase “islâmica” de Coimbra terminou em 878, ano em que Hermenegildo Gonçalves, à frente de um grupo asturiano, se tornou senhor da cidade, ou um pouco antes, a crer que o episcopado de Nausto fosse já uma realidade em 867 (SOARES, 1941: 144-148).

Em paralelo com o silêncio documental e com as duvidosas e tardias informações cronísticas, o registo arqueológico é desolador

para os tempos mais recuados da presença islâmica em Coimbra. As escavações no pátio da Universidade cedo demonstraram o seu escasso contributo para a caracterização do período emiral e os conjuntos cerâmicos identificados em várias intervenções arqueológicas no centro histórico da cidade têm sido genericamente catalogado como «emiral/califal», sem maior afinamento cronológico (CATARINO, FILIPE, SANTOS, 2009: 355). Da primeira metade do século VIII conhecem-se duas moedas de cobre, identificadas avulsamente em obras realizadas no subsolo do actual Museu Nacional Machado de Castro (MARINHO, 1971: 249-250). E subsistem muitas dúvidas acerca da atribuição do alcácer de Coimbra a este período. As escavações não foram conclusivas a respeito da cronologia fundacional a atribuir ao conjunto fortificado, embora Helena Catarino tenha sugerido a sua edificação em meados do século IX, «quando os Banu Danis eram governadores da cidade» (CATARINO, 2005: 205). A hipótese de se estar perante um edifício com, pelo menos, duas fases islâmicas, tem ganho terreno nos últimos anos, especialmente pelo facto de nos muros ocidentais se terem reaproveitado materiais escultóricos cristãos criticamente datáveis dos séculos VIII-X. E, do ponto de vista tipológico, um projecto de fortificação quadrado, com cerca de 80 metros de lado, dotado de uma muralha homogénea de duplo paramento disposto em soga-tição, encontra mais facilmente paralelo no universo omíada que no período emiral.

Em Conímbriga, não obstante as muitas campanhas arqueológicas, o desconhecimento é igualmente grande acerca da cidade nos séculos VIII e IX. O pacto de Aidulfo, admitido por vários autores (PICARD, 2005: 73), merece cautelas, na medida em que aparece mencionado apenas na *Crónica Anónima de 754* e não está provado por outras fontes, sendo mesmo de descartar os diplomas do Mosteiro de Lorvão que mencionam os seus filho e neto, Athanagildo e Theodus. Nesta antiga cidade

¹ Esta informação consta apenas de uma crónica árabe do século XV, mas foi admitida por Picard (2000: 182) e mereceu crédito a Gomes (2000: 122).

romana foi identificado um cemitério islâmico, mas o espólio não foi estudado nem datado com rigor (referência em REAL, 1995: 63).

A mesma invisibilidade emiral testemunha-se em Viseu, cidade aparentemente submetida por forças islâmicas ao redor de 714, mas que passou praticamente um século e meio sem se conhecer quaisquer referências. Tal como para Coimbra, Viseu aparece no registo cronístico islâmico tardio como destino de expedições militares ou ponto de passagem para incursões mais ao Norte². À excepção de um possível estatuto de centralidade regional, proporcionado pelo cruzamento de vias em Viseu (herdado do sistema viário romano), é muito pouco o que se sabe sobre a cidade nos séculos VIII e IX. Viseu entrou na órbita asturiana a partir dos meados do século IX, com uma duvidosa incursão em 845 e com a menção ao bispo Dulcídio em 850 (REAL, 2000: 45), antes, portanto, das presúrias do Porto (868) e de Coimbra (878).

Se para Coimbra é possível identificar uma família islâmica dominante no século IX, para Viseu o silêncio é total. E também aqui as análises ao registo material invalidam qualquer atribuição ao período emiral. Catarina Tente escavou na antiga igreja de S. Miguel de Fetal, onde as *Crónicas Asturianas* situaram a última morada do rei visigótico Rodrigo, e encontrou efectivamente um túmulo, executado com reaproveitamento de materiais romanos, sobre o qual se ergueu um muro em época indeterminada, seguramente antes do século XII. Mas pouco mais foi revelado por aquela intervenção (primeira notícia em TENTE, 2016: 113). As escavações na Praça D. Duarte detetaram contextos de época visigótica e um núcleo de cerâmica islâmica vidrada, o qual foi primeiro datado de época emiral (PEDRO, VAZ, 1995: 347-348), mas que análises posteriores avançaram cronologicamente, assumindo-se estar perante produções califais ou taifas (CATARINO, 2005: 200-201). E a atribuição ao século VIII de um extenso muro que hoje divide

o adro da Sé da praça D. Duarte, sobre o qual se ergueu a Varanda dos Cónegos, proposta por Zozaya (2010: 247 e 249) foi inviabilizada pelo estudo de arqueologia da arquitectura (UTRERO, 2012b: 592).

Este é o cenário genérico traçado para as cidades situadas entre os rios Mondego e Douro antes de serem incorporadas no reino asturiano. Sobre outros âmbitos urbanos está-se menos informado, designadamente Bobadela (cuja investigação arqueológica sistemática tarda em fazer-se, mas em cujo território apareceram importantes elementos visigóticos e asturiano-leoneses), *Centum Cellae* (cujos materiais carecem de uma revisão pluridisciplinar, sobretudo à luz das propostas que atribuem ao sítio o estatuto de cidade – GUERRA, 2007: 190-201 e GUERRA, SCHATTNER, 2010) e *Talabriga* (uma das mais desconhecidas cidades romanas do actual território português, cuja localização exacta ainda se discute, mas que pode corresponder a Cabeço do Vouga / Monte Marnel, local de instalação de colonos leoneses na segunda metade do século X, liderados por Egas Eriz «lala» - MATTOSO, 1969, republ. 2001: 176-177). Um dos locais que, a seu tempo, poderá fornecer informações mais concretas sobre o século VIII é Idanha-a-Velha. É já consensual a atribuição do seu grande monumento longitudinalmente catalogado como catedral visigótica a contextos pós-711 e a cerâmica islâmica ali encontrada (em pelo menos dois locais) não foi ainda objecto de estudo.

Se em relação às cidades o desconhecimento é grande, embora subsistam indícios de distinta validade que permitem estabelecer algumas hipóteses, sobre os contextos rurais não é sequer possível elaborar comentários. Na zona de Lafões, ao redor de 1026, o cadí de Sevilha Abul-l-Qasim conquistou dois castelos não mencionados e encontrou aí uma população que não só falava árabe, como se reclamava descendente de um tal Yabalat al-Gassani, chefe árabe convertido

2 Como pensa Alarcão (1996: 17) acerca de um ataque ocorrido ao redor de 825-826.

ao cristianismo que, no século VIII, teria sido obrigado a emigrar do Sul da Síria por se ter aliado a Bizâncio (síntese de dados em REAL, FERNANDES, 2017, no prelo). Aillet (2010: 300) sugeriu que este episódio possa corresponder a uma legenda literária destinada a glorificar a dinastia abábida de Sevilha, mas outros autores admitem a sua veracidade, embora não seja crível que uma comunidade assim específica do século VIII (síria e cristã) tenha sobrevivido até cerca de 1026, mantendo intacta a sua identidade cultural durante praticamente três séculos, e não deixando vestígios da sua trajectória depois da conquista pelas forças sevilhanas.

Os dados revelados pela arqueologia são ainda escassos, mas parecem apontar tendências que importa equacionar como perspectivas de trabalho. Em São Pedro da Capinha, sítio investigado de forma sistemática desde 2006, a arqueologia revelou uma igreja de época visigótica, reformulada em época leonesa sem que, aparentemente, se tenham detectado indícios da presença islâmica (SANTOS, ALBUQUERQUE, 2014: 106). Tal como em S. Miguel de Fetal, também na Capinha um dos muros alto-medievais da igreja assenta sobre um sarcófago, este reaproveitado do cemitério de época visigótica que ali se estabeleceu. Mais uma vez, salienta-se a ausência de vestígios associados ao período emiral, aspecto que, neste caso, é sintomático tendo em conta a situação geográfica da Capinha, a Sul da Serra da Estrela e na estrada romana que ligava Idanha-a-Velha ao Noroeste peninsular, ou seja, num sector territorial com boas ligações ao rio Tejo e num eixo viário de primeira importância nos corredores Sul-Norte do Ocidente peninsular.

Outros dados procedem da série de sítios escavados por Catarina Tente no alto Mondego. Em S. Gens, Soida e Penedo dos Mouros, povoados de altitude estrategicamente colocados na vertente noroeste da Serra da Estrela, a arqueologia revelou dados sobre a organização, cultura material e evolução interna que nada têm que ver com qualquer dos blocos que protagonizaram a (re)conquista. Nestes locais, o registo material prima

por uma sistemática ausência de riqueza ou de monumentalidade e mesmo os dispositivos defensivos parecem ter privilegiado as paliçadas sobre blocos pétreos irregulares (TENTE, 2009: 53, 57; TENTE, CARVALHO, 2011: 465). Ao que tudo indica, estes povoados, na origem vocacionados para a pastorícia e cultivo de cereais, conviveram com os colonos asturianos e leoneses dos séculos IX e X, mas não terão sobrevivido às convulsões do final daquele século. Ainda que com reservas para as datações de radiocarbono obtidas a partir de carvões vegetais de espécies com vida estimada longa (reservas expressas por TENTE, CARVALHO, 2011: 467), os três povoados foram incendiados na época de al-Mansur e, décadas mais tarde, assistiu-se à formação de uma nova rede defensiva regional que privilegiou outros pontos na paisagem. Mais uma vez, a ausência de referentes materiais islâmicos é uma evidência.

Finalmente, importa questionar o papel desempenhado pelo impressionante número de sepulturas escavadas na rocha que se conservam neste território. Elas são tantas que o inventário está longe de se dar por concluído (síntese de dados para a região de Viseu em TENTE, 2016: 505). São muitos os problemas que estas discretas marcas na paisagem colocam, desde logo em matéria de cronologia. Se os vestígios mais antigos precedem o fenómeno (re)conquistador (ALMEIDA, 1973: 20, embora com reservas; MARTÍN VISO, 2009: 124) e os mais recentes estão já para cá desse processo (BARROCA, 2010-2011: 144-145), as mais consensuais abordagens apontam para uma prevalência deste tipo de enterramento durante os séculos VIII a XI (BARROCA, 2010-2011: 116). É já longa a literatura produzida sobre as necrópoles rupestres alto-medievais, mas importa salientar que elas evidenciam os espaços dos mortos (de alguns mortos, pois não ilustram a totalidade da população), em territórios onde praticamente não se conhecem os espaços dos vivos. A construção de ambientes domésticos em materiais perecíveis tem sido uma explicação recorrente para a invisibilidade das comunidades (VIEIRA, 2009: 99), mas o fenómeno pode ter sido mais complexo, como Ricardo Teixeira reconheceu para

a zona de Chaves, onde o autor identificou um modelo de distribuição de sepulturas em relação com a possível reocupação de castros pré-históricos na alta Idade Média (TEIXEIRA, 1996: 53).

Para o que me interessa discutir neste artigo, é importante ter em consideração que este modelo de enterramento parece ter sido seguido tanto por populações autóctones como pelos colonos asturianos e leoneses (MARTÍN VISO, 2009: 124). Como, então, atribuir determinado cemitério a uma e a outra comunidade? Poderão as sepulturas escavadas na rocha dizer algo sobre a sobreposição de culturas que a colonização setentrional deste território, nos séculos IX e X, necessariamente causou? À partida, os conjuntos isolados, compostos por número limitado de sepulcros, poderiam servir a sociedade rural residual, cujo quotidiano decorreria à margem do poder asturiano-leonês, mas o que dizer das grandes necrópoles urbanas ou peri-urbanas, algumas das quais implantadas em locais de evidente instalação de colonos?

Não subsistem dados para responder a estas perguntas. Em Trancoso, por exemplo, não é possível estabelecer relação física entre as duas necrópoles rupestres (Tribunal e Quinta de S. Lázaro) com a ocupação asturiana e leonesa (torre de menagem do castelo e uma igreja não identificada construída ao redor de 912, da qual se conhece uma inscrição). Diferente parece ser o caso de S. Pedro de Lourosa, onde a construção da igreja asturiana terá destruído parte do cemitério escavado na rocha. A caracterização dos âmbitos funerários de Lourosa é problemática, pois os registos anteriores ao restauro dos anos 30 do século XX são deficitários e a própria intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais determinou a destruição de algumas sepulturas (BARROCA, 1987: 107). A mais recente análise logrou identificar ainda 22 sepulcros (13 no exterior da igreja e 9 no interior), todos canonicamente orientados, e comprovou que o cemitério era mais extenso, na medida em que o afloramento rochoso está cortado a Norte e a Ocidente (LOURENÇO, 2007: 78 e 201). Parte dos autores que conhe-

ceram a igreja de Lourosa antes do restauro afirmou que a necrópole era mais extensa (PESSANHA, 1927: 51 e 69) e que continuaria no subsolo do templo (CORREIA, 1912: 7; BARREIROS, 1934: 37). Os dados recolhidos por aqueles historiadores não foram transpostos para uma base gráfica, razão pela qual os desenhos e plantas que foram elaborados à época denotam um elevado grau de idealização por parte de quem os realizou. Sirva de exemplo a planta de José Vilaça para o primeiro projecto de restauro do monumento, datada do final de 1929 (Fig. 1). Ela inclui sepulturas a Norte, Sul e poente da igreja, todas antropomórficas, mas também dispostas com orientações muito

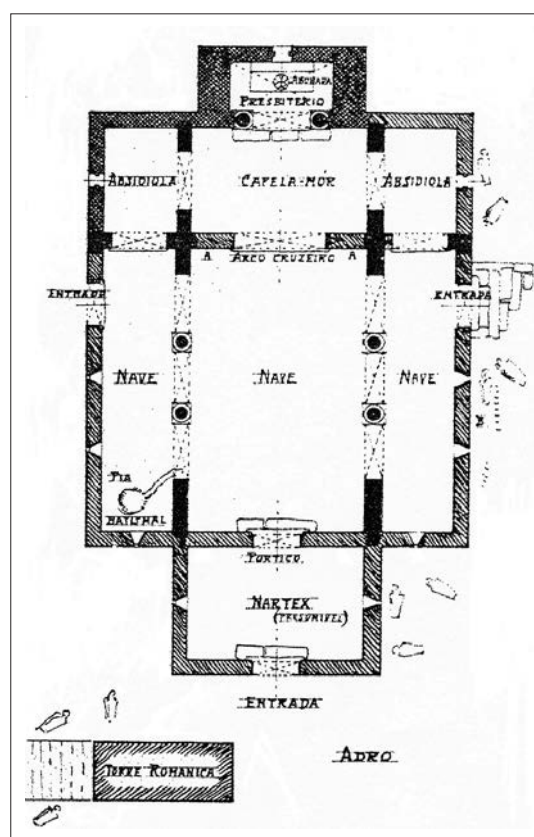


Fig. 1. São Pedro de Lourosa. Primeiro projecto de restauro de José Vilaça, Novembro-Dezembro de 1929, publ. *Ilustração Moderna*, n.º 40, Fev. 1930, p.30.

distintas, o que contraria a tendência dos sepulcros ainda existentes, para lá do facto de as que Vilaça desenhou já não se identificar nenhuma na actualidade. A própria ampliação da igreja para Norte, em campanhas construtivas desde os séculos XII-XIII, afectou a necrópole desse lado e obrigou à sua parcial

destruição, razão pela qual o afloramento não tem hoje ligação com o substrato rochoso do limite ocidental da nave lateral Norte. No interior, os problemas de caracterização da necrópole são também difíceis de resolver. Conhece-se apenas uma fotografia do solo da nave central anterior ao restauro, pela qual se observa que a zona foi intensamente ocupada por uma necrópole, aparentemente orientada, e que ela foi objecto de parcial destruição quando teve de se rebaixar o terreno para implantar os suportes das arcarias que seccionam o corpo da igreja em três naves, aspecto particularmente visível do lado Norte, onde o nível de desbaste é maior. Finalmente, importa valorizar o registo efectuado pelo Instituto Arqueológico Alemão (ARBEITER, NOACK-HALEY, 1999: 236), que mostra como a *eikonosthesis* do templo de Lourosa se sobrepôs – destruindo, ou ocultando – à necrópole de sepulturas tendencialmente antropomórficas que ali existiu (Fig. 2).

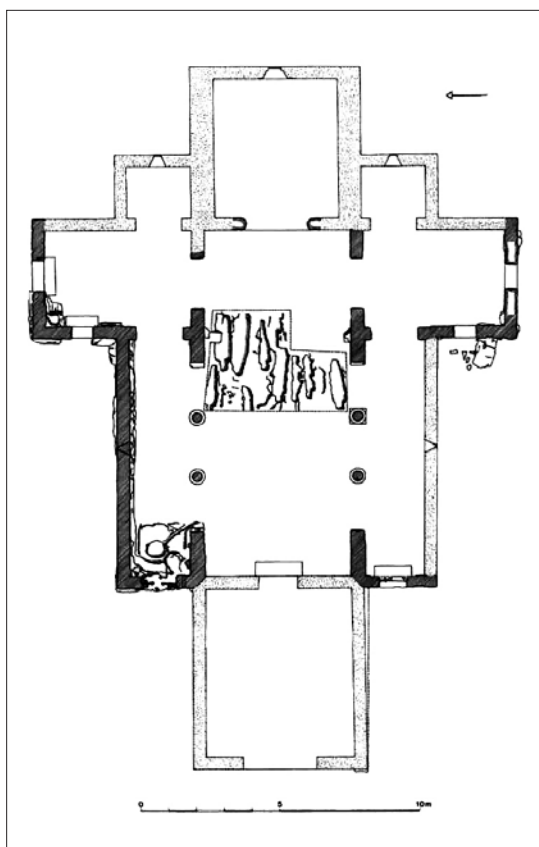


Fig. 2. São Pedro de Lourosa. Levantamento de Helmut Schlunk e Therodore Hauschild, não datado, publ. ARBEITER e NOACK-HALEY, 1999: 236

Adiante, defenderei que a igreja asturiana de Lourosa é fruto de, pelo menos, duas fases construtivas (como foi demonstrado pelo estudo de arqueologia da arquitectura) mas, pelos dados disponíveis, ambas as fases terão afectado a necrópole rupestre, razão pela qual se pode efectivamente falar numa sobreposição de culturas, operada pelos colonos asturianos e leoneses dos séculos IX-X sobre uma população autóctone que estruturou o seu cemitério rupestre no local onde os novos senhores edificaram uma imponente igreja.

2. Instalação asturiana e leonesa. Os dados da documentação

A partir dos meados do século IX, o território entre os rios Douro e Mondego foi progressivamente integrado no reino das Astúrias. Ainda é relativamente mal conhecido esse fenómeno, mas sabe-se já que os condes de Afonso III não foram os únicos agentes que lideraram o processo. A historiografia tem acentuado o sucesso do modelo condal asturiano para a extraordinária expansão verificada na segunda metade do século IX e parte considerável da centúria seguinte. No Ocidente peninsular, as presúrias de Porto (868), Chaves (872) e Coimbra (878) foram efectivamente realizadas por condes, investidos de um poder delegado por parte do rei e, ao que tudo indica, com margem de manobra para repartir as terras presuriadas pela sua clientela, seguindo na prática o exemplo da presúria de Astorga pelo conde Gatón, entre 852 e 854 (MÍNGUEZ, 1985: 14).

Foram, todavia, mais numerosos e heterogéneos os modelos de apropriação de território por parte de agentes vinculados à autoridade de Oviedo e de León. Um caso interessante é o relatado em diplomas das décadas de 70 e 80 do século IX acerca da acção de Cartemiro, sua mulher Astrilli, e os filhos que ambos tiveram. Em 870, ano em que o casal mandou redigir testamento, menciona-se que, numa propriedade obtida por presúria em Souselo (actual concelho de Cinfães), haviam patrocinado a constituição de um mosteiro. Para o que interessa discutir

neste artigo, é relevante a expressão que os testamenteiros utilizaram para se referir ao acto administrativo de tomar posse do território. Com efeito, pode ler-se no diploma que o casal havia presuriado Souselo «cum cornu et cum albende de rege» (ou seja, com o corno e com o albende – bandeira, estandarte – do rei) (LIMA, 2010-2011: 90). Cartemiro, Astrilli e os seus filhos não eram figuras condaís e questiona-se, mesmo, se fariam parte da nobreza. A interpretação mais lógica aponta para a sua condição de homens livres, verdadeiros povoadores de fronteira, atraídos pelas perspectivas de zonas não controladas, mas paradoxalmente investidos da autoridade real. A documentação dos séculos IX e X relativa à área em estudo (Fig. 3) está repleta de nomes de personagens desconhecidas, que certamente acompanharam os condes e as grandes famílias nobres liderantes em termos

regionais, que detiveram um poder assinalável sobretudo em zonas rurais (aquelas menos procuradas pelos condes) e que terão multiplicado o exemplo da acção condal na estruturação do território, na transformação da paisagem e na promoção dos valores civilizacionais asturianos e leoneses.

O facto de o testamento de Cartemiro e Astrilli mencionar a fundação de um mosteiro é assunto que merece mais alguns comentários. Só com base na documentação dos séculos IX-X reunida na colecção “Diplomata et Chartae” da colectânea *Portugaliae Monumenta Historica* (PMH – DC), conhecem-se 17 instituições monásticas para o território situado entre os rios Douro e Mondego, número que, como tive já ocasião de demonstrar (FERNANDES, 2017: 142-146), é muito superior ao panorama de outras circunscrições territoriais

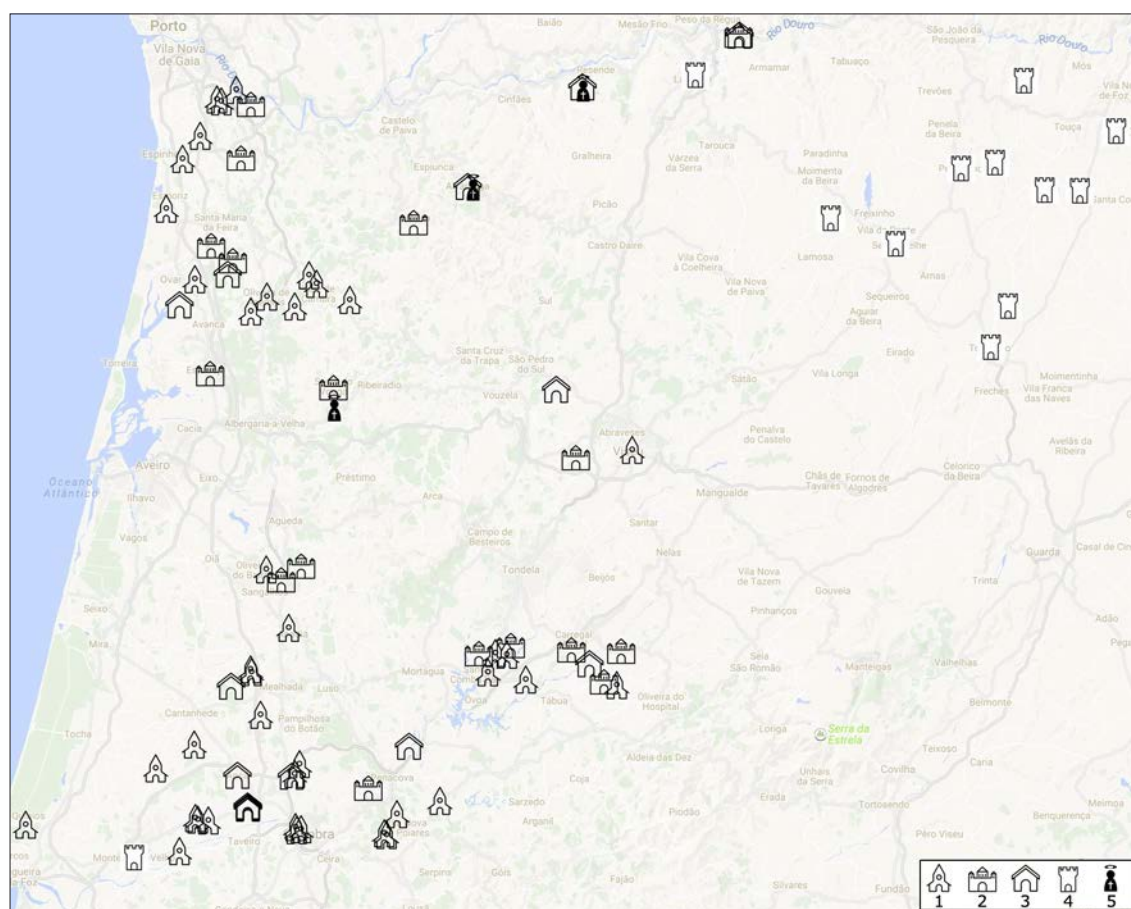


Fig. 3. Referências documentais a construções e hagiopónimos no território entre os rios Douro e Mondego. Dados reunidos em *Portugaliae Monumenta Historica – Diplomata et Chartae*, entre o século IX e o ano 982
1. Igrejas; 2. Mosteiros; 3. Edifícios Cívicos; 4. Fortificações; 5. Hagiopónimia

de sistemática ocupação asturiana e leonesa, como Braga, onde estudos de José Marques lograram identificar apenas 7 mosteiros neste período (MARQUES, 1990: 321). Para lá dos dados fornecidos pela documentação, subsistem alguns vestígios materiais que sugerem a sua atribuição a igrejas de mosteiros, mas este é um campo mais complexo, que não poderei detalhar neste momento.

Em paralelo com estes sucessos, verificou-se também o avanço das estruturas religiosas, episcopais e monásticas. É uma constante revelada pelo registo documental a associação entre as presúrias asturianas e a revitalização diocesana. Braga terá sido incorporada na década de 60 e surge como sede de *terrorium* em 870. O seu primeiro bispo, Fredosinho, aparece documentado em 873 (REAL, 1990: 438, nota 7). Pelos mesmos anos, em Guimarães, há notícia de um concílio que juntou nobreza e clero regionais para discutir estratégias de povoamento no condado de Portucale (BEIRANTE, 1993: 280). De Lamego pode ser o bispo Branderico, referido em 867-868 (CARRIEDO TEJEDO, 1998-99: 316 e 362-363, nota 52), embora Maria do Rosário Morujão admita a sua existência apenas a partir de 877 (MORUJÃO, 2013: 19). De Viseu conhece-se o bispo Dulcídio desde o ano 850 e já se viu como o bispo Nausto pode mesmo ter entrado no cargo de bispo de Coimbra uma década antes da presúria de Hermenegildo Gonçalves.

Para além dos condes e respectivas famílias alargadas, da massa tendencialmente anónima de homens e mulheres livres atraídos pelas potencialidades da colonização e da dimensão religiosa própria do universo civilizacional setentrional, o território em estudo revelou outra dimensão do processo expansionista asturiano. Com efeito, foi neste âmbito geográfico que se refugiou Bermudo Ordóñez, irmão rebelde de Afonso III que, com outros dois ou três irmãos do monarca, possi-

velmente na transição para a década de 80 do século IX, se revoltou contra o rei e falhou. O assunto vem narrado na *Crónica de Sampiro*, que indica ter Bermudo fugido para Astorga, onde exerceu um poder tirânico durante sete anos e, depois, para «tierra de moros» (ed. CASARIEGO, 1985: 90). Não obstante as dúvidas acerca da veracidade do episódio³, a documentação do lado “português” parece certificar a instalação de Bermudo na região de Viseu (os dados essenciais encontram-se em REAL, 2005: 277, 2013: 211-213 e 2014: 35). Com efeito, conhecem-se dois diplomas que mencionam Bermudo Ordóñez, ambos associados a duas importantes mulheres da família de Diogo Fernandes, alto dignitário asturiano que terá acompanhado Bermudo Ordóñez no seu exílio. O primeiro data de 928 e refere-se à doação de Vila Cova ao mosteiro de Lorvão por Onega (*honeca*), mulher de Diogo Fernandes, que, acompanhada pelas suas três filhas (Muna, ou Múnia, Leodegúncia e Mumadona), doou aquela propriedade ao cenóbio laurbanense «pro anima domnissimi nostri domini ueremudi diue memorie seu et nostre» (*PMH-DC*, 34). O segundo documento é mais tardio e deve ter sido elaborado no final da vida de Múnia Dias. Em mais uma doação ao mosteiro de Lorvão, e certamente muitos anos depois do falecimento de Bermudo, Múnia não esqueceu a sua importância e fez questão de o mencionar, justificando a doação «pro memoria dominissimi mnei domini ueremudi» (*PMH-DC*, 107).

A presença de Bermudo Ordóñez na zona de Viseu, acompanhado por uma verdadeira corte regional de que faziam parte, pelo menos, os irmãos Diogo e Ero Fernandes, bem assim as suas famílias, complexifica a linearidade de integração deste território na esfera asturiana. Bermudo não estava ao mesmo nível que os condes e a sua instalação nesta região mais interior que os condados de Coimbra (com sede em Coimbra) e Portu-

3 Sánchez Alborno (1975: 66) atribuiu um fundo lendário a este episódio. Casariego (1985: 90-91, nota 10) considerou a passagem como uma interpolação ao texto original. CORATELO (1933) rejeitou a sua veracidade. Outros autores manifestaram também dúvidas a respeito da autenticidade da revolta dos quatro príncipes e a posterior condenação à cegueira determinada por Afonso III (RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 1994: 162; BARKAI, 2007: 46, entre outros). O texto de Sampiro mereceu crédito a Quintana Prieto (1967) e Fernández Conde (1994: 222), assim como a Mattoso (1992: 534).

cale (com sede em Guimarães), assegura que dificilmente aqueles blocos políticos internos no reino das Astúrias podiam aspirar a ter o controlo sobre os domínios de Bermudo. Ainda que se detectem elementos de ligação entre as duas linhas da família Fernandes com as estirpes dominantes condaís, o exílio de Bermudo Ordóñez significou a emergência de uma área específica não controlada ou tolerada pela coroa, dotada de organização interna que começa agora a ser desvendada.

A opção de Bermudo Ordóñez pela região de Viseu merece mais alguns comentários que parecem esclarecer como as famílias condaís terão usufruído de grande autonomia em relação a Afonso III, e uma autonomia por vezes conflituante com os interesses da coroa. Em Astorga, desconhece-se se Bermudo gozou da protecção da família do presor Gatão, que, ainda nos anos 70 do século IX, teria a seu lado o conde Hermenegildo Gonçalves, presor de Coimbra. Diferente parece ser o panorama que encontrou no Ocidente peninsular. Odoário, presor de Chaves em 872, pode ter sido um dos irmãos revoltosos do rei. O seu nome aparece na acta de sagração da catedral de Compostela com o título de «castella et veseo comes». À frente de um território ocidental a partir de 872, é natural que tenha mantido vínculos com a terra flaviense (e também viseense?) nas décadas seguintes. Bermudo, obrigado a exilar-se depois de derrotado na batalha de Grajal, pode ter recorrido à protecção de Odoário e engrossado assim as hostes colonizadoras que, por essa altura, se instalavam na vasta zona entre os rios Douro e Mondego. Não terá sido apenas com Odoário que Bermudo terá mantido boas relações depois de derrotado por Afonso III. Ordonho II, rei da Galiza a partir de 910 e de León depois de 914, entregou a educação do príncipe Ramiro (futuro Ramiro II) aos cuidados de Diogo Fernandes, o fiel seguidor de Bermudo Ordóñez (REAL, 2005: 279), o que fez com que Ramiro e Mumadona Dias tivessem crescido juntos. É possível que Ordonho II tenha usado Viseu como ponto de partida para expedições militares (proposta de FERNANDES, 1972: 141) e é possível que os *conmissa* detidos por Ximeno Dias (outro filho de Diogo Fernandes) acima

do rio Lima tenham sido doados por aquele monarca, região onde o tio, Ero Fernandes, tinha já importantes possessões nos inícios do século X. A proximidade dos Fernandes em relação a Ordonho II significa, sobretudo, que as ambições daquela família não foram aniquiladas com o facto de terem acompanhado Bermudo no seu exílio. Pelo contrário, dois dos filhos de Diogo Fernandes ascenderam pelo casamento ao estatuto condal: Ximeno Dias casou com Adosinda Guterres, filha do presor de Coimbra e antiga rainha, repudiada por Ramiro II; e Mumadona Dias casou com Hermenegildo Gonçalves, filho de Gonçalo Betotes (outro nobre asturiano que se detecta na corte regional de Bermudo) e Teresa Eriz (filha de Ero Fernandes), ascendendo ao governo de Portucale no tempo de Ramiro II, monarca que afastou do governo daquela comarca a família do presor Vímara Peres.

3. O inquérito ao território. (Ainda) os dados tipológicos para a caracterização da etapa asturiano-leonesa

Da ampla dinâmica colonizadora resumiada no ponto anterior, subsiste um conjunto assinalável de materiais catalogáveis artisticamente nas etapas asturiana e leonesa. A maior parte resume-se a vestígios avulsos, descontextualizados de realidades arqueológicas ou arquitectónicas, notáveis acasos de sobrevivência sem razão aparente que tivesse justificado a sua preservação (Fig. 4). Até há relativamente pouco tempo, a evolução artística asturiano-leonesa do território entre os rios Douro e Mondego incluía os materiais das igrejas de Balsemão e Lourosa (ALMEIDA, 1986: 133-136; 140-144) e referências rápidas a Fráguas ou S. Pedro do Sul. Hoje, aprofundado o inquérito ao território por numerosos autores de distintas formações, é possível fornecer um panorama tendencialmente global desta vasta região que ultrapassa, em muito, a sensação de vazio fornecida pela historiografia até aos anos 80 do século XX. Os grandes avanços registados nos últimos anos permitem, também, propor hipóteses acerca da cronologia de alguns vestígios, das diferentes vagas de colonização e, até, de algumas tendências

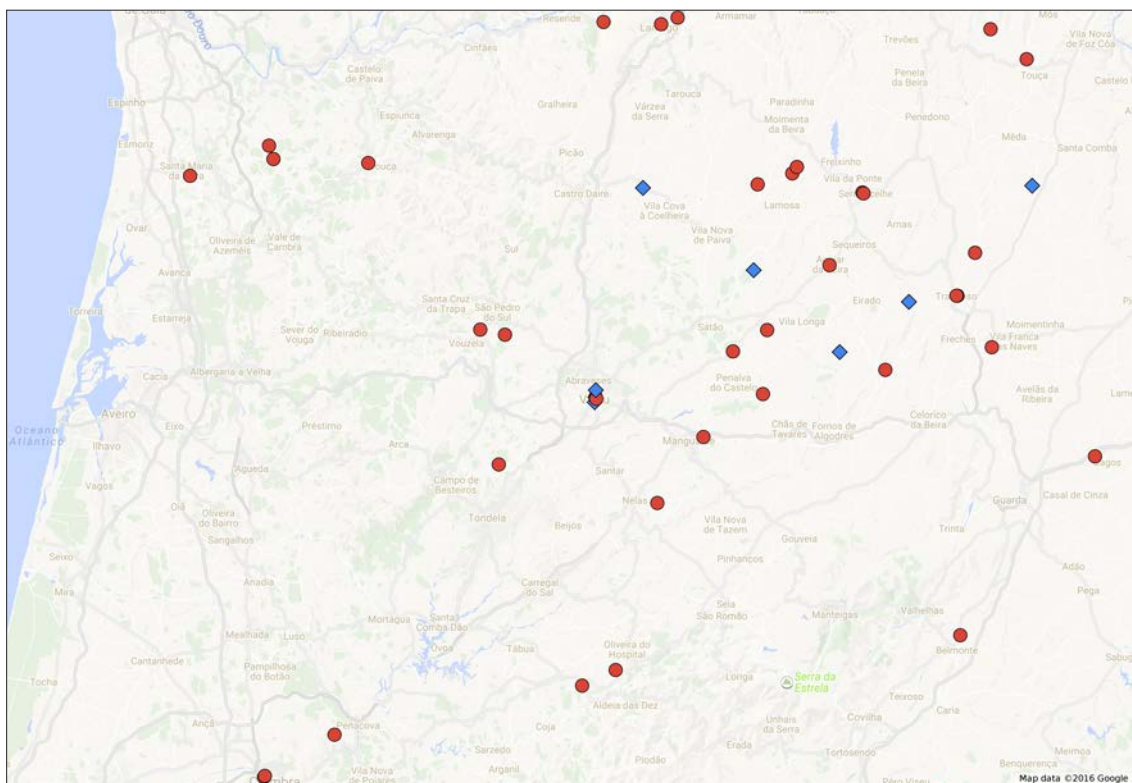


Fig. 4. *Vestígios materiais associados à expansão asturiano-leonesa no território entre os rios Douro e Mondego.*

- – *elementos tipológicos associáveis à arte asturiano e leonesa (sécs. IX-X)*

◆ - elementos de catalogação duvidosa

regionais em determinados períodos de uma realidade que percorre praticamente um século e meio (entre os meados do século IX e os finais do século X).

Infelizmente, enfrentamos uma realidade fragmentária que, para além do mais, está destituída de elementos de datação absoluta. As escavações arqueológicas tardam em fornecer estes dados, embora sejam encorajadores os trabalhos que Catarina Tente desenvolve actualmente na Senhora do Barrocal. Outros projectos de investigação não forneceram dados inequívocos de caracterização, sendo particularmente desanimadores os escassos resultados obtidos em S. Miguel de Fetal e na Cava de Viriato. Em Trancoso, o aparecimento de cerâmica islâmica de importação veio recolocar a hipótese de ocupação islâmica por parte de alguma historiografia (FERREIRA, LOBÃO, 2013: 766). Em Coimbra e Conímbriga, não foi só sobre o período emiral que as escavações se revelaram praticamente omis-

sas. Também em relação às etapas asturiana e leonesa o registo material é praticamente inexistente e os escassos vestígios materiais atribuíveis a este período, alguns bastante duvidosos, não permitem extrair conclusões cronológicas mais afinadas. A única inscrição rigorosamente datada conserva-se na igreja de S. Pedro de Lourosa, mas a sua descontextualização e a evidência de diversas fases construtivas no edifício, limita o seu valor em matéria cronológica (como já salientou UTRERO, 2012a: 127-128).

3.1. Um processo em marcha antes das presúrias do reinado de Afonso III

A Norte do rio Douro eram já conhecidos vestígios da colonização asturiana anteriores às presúrias do tempo de Afonso III, como o templo do Convento da Costa (Guimarães), cuja acentuada diferença de cota entre a nave e a capela-mor recorda o exemplo de Santa Cristina de Lena (REAL, 1985: 12-17). O

que se está hoje em condições de assegurar é que esse processo expansionista teve também manifestações a Sul do Douro e, para já, podem apontar-se três locais onde os colonos asturianos chegaram ainda no século IX, num movimento que não parece ter estado concertado com os agentes oficiais das presúrias.

A capela de São Pedro de Balsemão é dos mais estudados monumentos pré-românicos da área portuguesa, mas permanece enigmático em muitos aspectos. Na construção actual, do século XVII, reaproveitaram-se materiais de distintas campanhas construtivas (e também distintas proveniências?). Uma delas situa-se na segunda metade do século IX, a crer no estudo tipológico e comparativo de um clipeo de pedra que foi embutido na parede ocidental do corpo da capela, como material de enchimento da caixa murária (Fig. 5). O tipo de decoração e a técnica escultórica empregue aproximam-no das realizações de San Miguel de Lillo, como foi já notado (REAL, 1999: 268). A arqueologia da arquitectura provou já que Lillo é o resultado de duas fases construtivas, muito próximas no tempo, que causaram

grande fragilidade entre o corpo do templo e o sector ocidental, que ainda hoje sobrevive (CABALLERO, 2012: 90), mas o vocabulário artístico conservado na zona nascente do edifício deve corresponder às décadas de 40 e 50 do século IX. O disco de Balsemão é o único elemento desta igreja que apresenta características tipológicas compatíveis com a arte asturiana de meados do século IX. Como se verá adiante, grande parte do material escultórico alto-medieval reunido no templo pertence a um momento posterior, situável na transição para o século X ou nas primeiras décadas dessa centúria.

Na igreja matriz de Sernancelhe localiza-se outro elemento tipológico de grande importância para os primeiros tempos de vínculo asturiano do território ocidental a Sul do Douro. Trata-se de um capitel vegetalista, decorado inferiormente com dois níveis de folhas dotadas de pecíolo central relevado, e superiormente por uma composição muito desgastada, mas que parece ter formado, na origem, volutas ao centro da peça (Fig. 6). Ainda que bastante mutilado, e realizado no

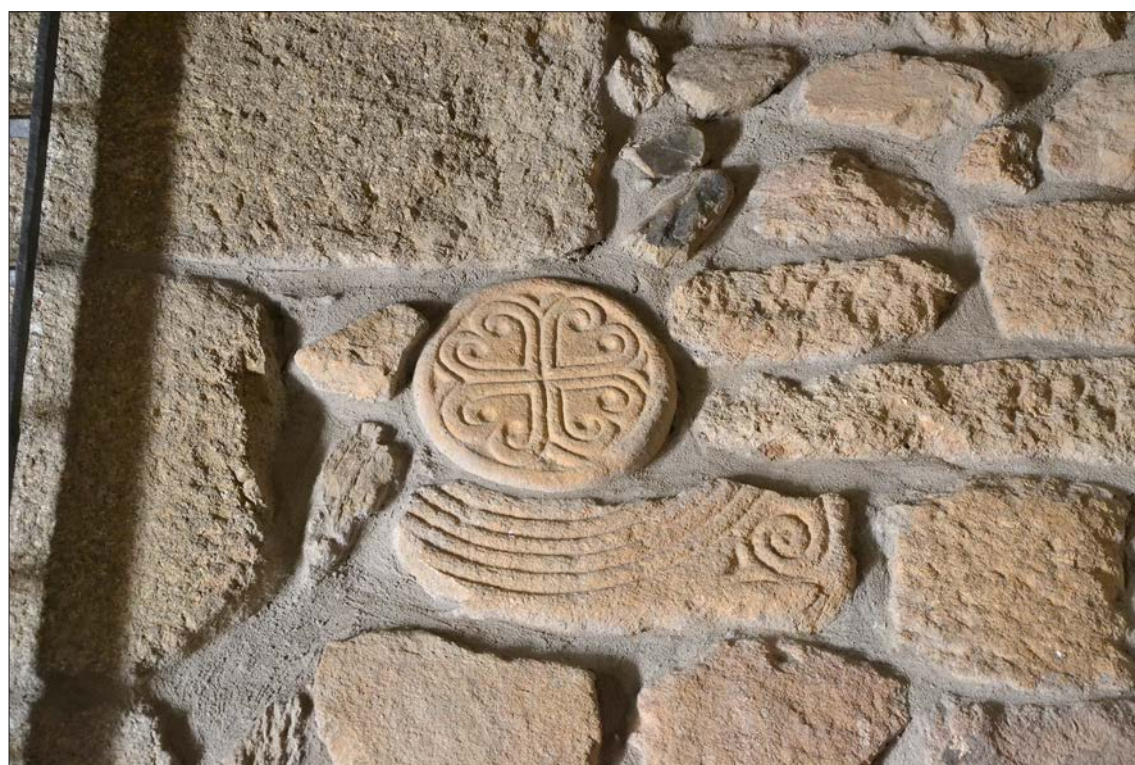


Fig. 5. São Pedro de Balsemão. Clipeo reaproveitado no muro ocidental da capela, na face voltada ao interior



Fig. 6. Igreja Matriz de Sernancelhe. Capitel asturiano exposto no interior da igreja matriz

duro granito da região, este capitel copia idênticas produções de Lillo, hoje conservadas no Museo Arqueológico de Asturias e no Museo Arqueológico Nacional de Madrid (REAL, 2005: 277; 2007: 142, figs. 15 e 17). A aplicação deste modelo na arte asturiana, embora tenha tido um fulgurante sucesso nas construções do Alto de Naranco, não se resumiu ao ciclo “ramirense” e teve curiosas aparições em igrejas posteriores, como na primeira fase de Teverga ou em S. Salvador de Priesca (igreja consensualmente atribuída aos inícios do século X, avaliadas as analogias com a obra de Valdediós, segundo GARCÍA DE CASTRO, 1997: 161). Por esta mais larga diacronia de um modelo específico de capitel, não é possível assegurar a atribuição da peça de Sernancelhe ao século IX, embora não se possa discutir a sua natureza asturiana.

O terceiro elemento tipológico atribuível à primeira colonização asturiana encontra-se hoje oculto na igreja de São Martinho de Mouros (conc. Resende). Foram catalogados como dois fragmentos de imposta (embora seja mais lógico atribuir-lhes a função de friso), reaproveitados na parede do arco triunfal da igreja. Apesar da sua pouca expressão artística, este friso contém decoração em ziguezague dentro de moldura classicizante, características que

o aproximam de outras produções da região enquadráveis entre os finais do século IX e a primeira metade da centúria seguinte (REAL, 2007: 141).

Apesar de apenas o disco de Balsemão parecer elucidativo em matéria cronológica, os elementos aqui elencados são suficientes para sugerir que o processo colonizador que a documentação revela foi acompanhado por campanhas construtivas prestigiantes e em linha com a tradição asturiana. Para o período de transição para o século X, num espectro temporal mais alargado, subsistem maior número de materiais, como se verá de seguida, mas importa ainda considerar que, do ponto de vista tipológico, o maior núcleo de realizações materiais desta região aparentadas com o século IX asturiano localiza-se na igreja de S.

Pedro de Lourosa, que analisarei em capítulo à parte, pela complexidade do monumento e pelo elevado grau de discussão que motiva.

3.2. A arte asturiana em Coimbra

No território em estudo, apenas Coimbra foi presuriada por um conde vinculado à autoridade de Afonso III - Hermenegildo Guterres -, desconhecendo-se quais os primeiros agentes asturianos a chegar a Lamego, Viseu ou Santa Maria da Feira, comprovados centros de instalação asturiana e leonesa nos séculos IX e X. Tendo em consideração a relevância da cidade para a defesa do reino asturiano, pela sua posição estratégica de controlo sobre um rio e uma região periféricos, mas que simultaneamente significavam o ponto máximo meridional de expansão ovetense, não deixa de espantar que, na cidade, tenham sido identificados tão escassos vestígios de um período que durou mais de um século, sendo essa escassez contrastante com o que se conhece acerca do território imediatamente a Norte, concentrado na região de Viseu. Já se tentou explicar esta ausência de vestígios materiais (REAL, FERNANDES, 2017, no prelo), mas o assunto mantém-se por compreender de forma mais fundamentada.

A documentação revela que, nos arrabaldes de Coimbra, existiram 5 templos no século X: Sta. Cristina (933, *PMH-DC*, 37); S. Cristóvão (957, *PMH-DC*, 74), que antes se chamava S. Bartolomeu; S. Cucufate (957, *PMH-DC*, 74); S. Vicente (972, *PMH-DC*, 104) e S. Pedro (980, *PMH-DC*, 129). Infelizmente, essa mesma documentação não menciona qualquer igreja no interior das muralhas, indicando expressamente, por exemplo, que a igreja de S. Pedro se situava no arrabalde. Uma tal diferença pode explicar-se de várias maneiras, mas todas as hipóteses são especulativas perante a escassez de dados com que lidamos. Certo é que não existem menções a templos no interior da urbe, nem sequer à sua catedral, enquanto para as áreas limítrofes conhecem-se 5 templos.

Também as informações a respeito de achados no centro histórico conimbricense, sistematicamente catalogados como de época visigótica pelo momento historiográfico que se vivia à altura da sua descoberta, carecem de uma abordagem global. Pelos dados sintetizados por Manuel Luís Real, trata-se de um conjunto quantitativo assinalável, entre os quais se contam materiais aparentemente provenientes da Sé e das igrejas de S. João de Almedina e de S. Pedro (CORREIA, 1946-53, vol. 2: 33; DAVID, 1969: 123; REAL, FERNANDES, 2017, no prelo). E vale a pena citar o trabalho de Manuel Justino Maciel, que identificou 45 fragmentos de escultura litúrgica procedentes

de *Aeminium*, embora tenha catalogado todo o núcleo como de época visigótica (MACIEL, 1996: 283-292). Enquanto não é possível estudar de forma integrada todo este espólio, a que se juntam fragmentos incorporados nas muralhas do paço da universidade e um numeroso conjunto de peças procedentes de Conímbriga, Eira Pedrinha, Lorvão, Soure e outros locais do aro conimbricense (REAL, 2014: 26-29 avançou com um primeiro estudo sobre a visibilidade criativa conimbricense em pleno século VIII), importa salientar que, do ponto de vista tipológico, apenas duas peças podem, para já, ser associadas ao governo asturiano e leonês da cidade, ainda que muitas outras possam ser deste período, em especial as duas jambas de janela procedentes da igreja de S. Pedro, embora se discuta a cronologia exacta a atribuir-lhes.

A primeira está na Sé-Velha, exposta à entrada da capela-mor como relíquia de antiguidade da catedral. Trata-se de um fragmento de lintel que, embora fracturado, exhibe ainda parte do seu letreiro: «*Mariae Virginis*» (Fig. 7a). A história dos edifícios catedralícios de Coimbra é mal conhecida até à edificação românica, mas não tenho dúvidas em afirmar que a sede do poder episcopal durante o consulado de D. Sesnando não foi a mesma de inícios do século XII (época a que pertence a referência acerca da «*ecclesie sancte marie illi nove ecclesie episcopali sedi colimbrie*», 1108, ref. *LP*, 542), nem esta parece ter sido a mesma



Fig. 7a. Sé-Velha de Coimbra. Fragmento de lintel com inscrição: «*Mariae Virginis*». Tratamento fotográfico de António Paulo Cruz, a quem agradeço.

construída a partir de inícios da década de 30 do século XII e que corresponde ao edifício da Sé-Velha, ou, pelo menos, não teria a mesma orientação. Sobre a localização da catedral em época asturiana e leonesa, porém, não se conhece qualquer dado, embora o facto de o fragmento de lintel ter sido encontrado no subsolo da actual Sé-Velha sugira uma sobreposição de templos cristãos neste local, não necessariamente de âmbito catedralício. Do ponto de vista paleográfico, o letreiro apresenta semelhanças com alguma epigrafia asturiana, em especial a forma de grafar o G, entre outras características, e mantém também um ar de família com uma inscrição moçárabe encontrada na Praça Nova do Castelo de S. Jorge de Lisboa, cuja datação em pleno século X foi já defendida (FERNANDES, 2017b, no prelo).

A segunda peça é ainda mais mal conhecida. Ela faz parte do espólio do Museu Nacional Machado de Castro, mas desconhece-se a sua procedência e contexto de recolha. É um pequeno e discreto capitel que possui uma decoração em triplo encordado, opção que remete para realizações escultóricas asturianas, embora os paralelos mais próximos possam encontrar-se na área galega (Fig. 7b).



Fig. 7b. Capitel do Museu Nacional Machado de Castro.

A escassez de vestígios materiais associáveis ao domínio asturiano e leonês em Coimbra contrasta com os muitos fragmentos escultóricos alto-medievais da região, cuja cronologia e evolução tem sido alvo de sucessivas discussões, mas contrasta também com os dados da documentação. Para a época compreendida entre os finais do século IX e o ano de 982, reuni 29 menções a construções religiosas, civis e militares situadas entre a foz do rio Mondego e a foz do rio Alva e entre a cidade de Coimbra e a zona de Águeda (FERNANDES, 2016a: 275, mapa), dados que atribuem a Coimbra o estatuto de principal núcleo de actividade construtiva a Sul do Douro em período asturiano-leonês. Foi ainda nesta área que o mosteiro de Lorvão contratou com Zacarias de Córdova a construção de quatro pontes, cujo estudo detalhado não cabe neste trabalho, mas que podem balizar-se pelo governo do abade Primo, entre 966 e 985 (GONÇALVES, 1967, republ. 1980: 100). E importa ainda avaliar arqueologicamente a proposta de atribuição de parte do sistema defensivo de Conímbriga (o Bico da Muralha) a este período (MAN, 2006: 39).

3.3. As manifestações da “corte” de Bermudo Ordóñez

Enquanto o espólio conimbricense é alvo de discussão e carece de um estudo de âmbito comparativo mais aprofundado (um grande passo científico nesse sentido foi dado por REAL, 2014), no território de instalação do clã de Bermudo Ordóñez as relações artísticas com horizontes asturianos são mais esclarecedoras. É um facto que se desconhecem os solares de assentamento da nobreza que acompanhou o príncipe Bermudo e quase tudo a respeito dos edifícios que os novos senhores mandaram construir. Em todo o caso, há numerosos indícios que apontam para a estruturação de um território vasto, ao qual se vincularam áreas geográficas com funções e missões específicas dentro da lógica interna de um espaço autónomo (FERNANDES, 2016b: 70 e ss.).

Bermudo e Diogo Fernandes terão escolhido a zona das caldas de Lafões para estabele-

cer as suas moradas. A família Fernandes habitou o paço de Moçâmedes, actual Quinta do Paço, local ainda não intervencionado arqueologicamente mas do qual parecem proceder materiais romanos epigrafados (Marques, 1999: 38). Já Bermudo é possível que tenha escolhido um local a Norte do rio Vouga servido por antiga estrada romana, entre S. Pedro do Sul e Sta. Cruz da Trapa, hoje conhecido por Bordonhos mas que, em 1030, aparece mencionado como *uilla ibn Ordonis* (vila do filho de Ordonho) (proposta de REAL, 2013: 214).

Entre estes dois pontos situavam-se as caldas de Lafões, local onde existia um balneário de época romana que terá continuado activo pela Alta Idade Média (Frade, Moreira, 1992: 518), ainda que os dados de procedência arqueológica necessitem de revisão. Nas proximidades das caldas, a pequena capela gótica de S. Martinho ainda exhibe um discreto mas sintomático vestígio material asturiano. Trata-se de um fragmento de ajimez, incorporado na parede testeira da capela, pelo lado exterior, que tem a particularidade de ostentar moldura classicizante de tripla aresta (Fig. 8), que tem paralelos tipológicos com material de

S. Pedro de Lourosa e, sobretudo, com a janela nascente da igreja de San Salvador de Valde-diós, cujo modelo já permitiu a Manuel Luís Real a reconstituição do ajimez de S. Pedro do Sul com triplo vão de arco em ferradura (REAL, 2013: 229, fig. 7). É possível que o actual edifício corresponda à capela-mor de um grande templo asturiano, uma vez que uma informação de 1696 indica que a igreja estava, nessa altura, «posta nos alicerces; & só se conserva a Capella Mor» (apud. OLIVEIRA, 2001: 113).

A estratégia de consolidação territorial delineada por Bermudo e seus fiéis seguidores é conhecida graças sobretudo aos interesses fundiários dos filhos de Diogo Fernandes e Onega. Importa explorar as informações que chegaram da acção de Múnia e Leodegúncia Dias, já que dos restantes filhos, Mumadona e Ximeno, sabe-se que ascenderam ao estatuto condal de Portucale e de Coimbra.

Múnia casou com Alvito Lucides, neto de Vímara Peres, presor do Porto, e é possível que o casal se tenha instalado numa zona a Sul de Viseu, assim consolidando o território entre aquela cidade e Coimbra, ao longo da



Fig. 8. São Martinho da Várzea de Lafões. Fragmento de ajimez incorporado na face exterior nascente da capela

antiga estrada romana que ligava as duas urbes. Múnia Dias parece ter disfrutado de uma vida longa, na medida em que está documentada entre 928 e 973 (?). Quer isto dizer que parte considerável da actividade construtiva que se regista no território a Sul de Viseu pode estar-lhe associada até uma época bastante avançada, já muito depois de finda a corte de Bermudo Ordóñez e de pacificado este território com o restante reino leonês. O período de maior dinamismo parece ser as décadas de 50 e de 60 do século X, altura em que Múnia e Alvito doaram diversas propriedades ao mosteiro de Lorvão (MATTOSE, 1968-69, republ. 2001: 81). Particularmente importante é um documento de 969 (?) (PMH-DC, 100), pela qual aquela nobre doou ao mosteiro laurbanense a vila de Midões «cum suis Monasteriis», a vila de Touriz «cum suis ecclesiis» e ainda a vila de Framiães «cum Monasterio et cum suo ornameto et cum una biblioteca». Esta doação revela uma paisagem monumentalizada por edifícios cristãos prestigiantes, que albergavam comunidades monásticas e que certamente contribuíram

para a estruturação desta zona estratégica, entre Coimbra e Viseu, mas também onde se encontrava o importante porto de Gondelim, por onde se fazia a travessia do rio Mondego. A área de influência de Múnia Dias e Alvito Lucides, de resto, é aquela onde se regista maior número de mosteiros do século X do Ocidente peninsular. Aos já mencionados em Midões e Framiães, a documentação revela a existência dos mosteiros de S. Jorge do Rio Cris (974),

Treixedo (981) e Oliveira de Currelos (981). E não deixa de ser curioso que a própria igreja de S. Pedro de Lourosa, cujas características da nave transversal se enquadram nas tipologias monásticas alto-medievais, se localize precisamente nesta zona (Fig. 9).

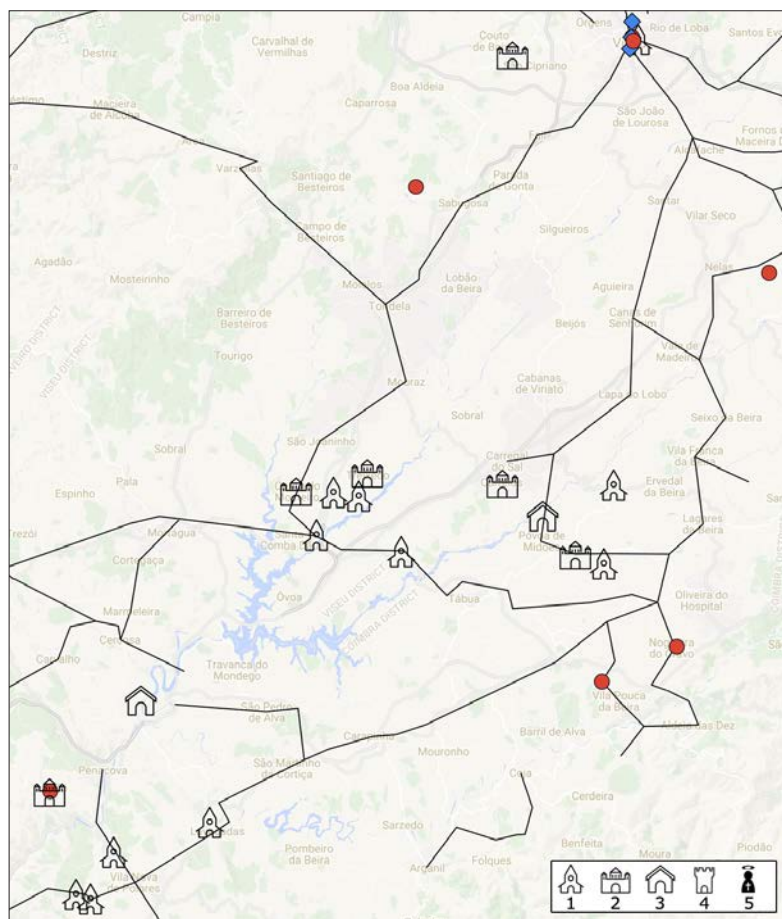


Fig. 9. Mapa dos vestígios materiais e referências documentais a construções na zona de influência de Múnia Dias. Implanta-se também a rede viária romana da região, a partir do site www.viasromanas.pt

● – elementos tipológicos associáveis à arte asturiano e leonesa (sécs. IX-X)
◆ – elementos de catalogação duvidosa

1. Igrejas; 2. Mosteiros; 3. Edifícios Civis; 4. Fortificações; 5. Hagiotoponímia

Na área de influência de Leodegúncia Dias também há menções a mosteiros, mas trata-se de um território mais conhecido pelas características militares. Na verdade, não há evidências de que Leodegúncia tenha estado directamente ligada a esta zona, mas certo é que um imenso distrito militar aparece, em 960, nas mãos da sua filha, D. Chamôa Rodrigues (também designada D. Flâmula), filha de Leodegúncia com Rodrigo Betotes. Nesse

ano, a nobre doou ao mosteiro de Guimarães, que sua tia Mumadona Dias havia fundado, as propriedades que tinha na Beira Alta. No diploma, impressiona a natureza militar dos bens doados: «nostros castellos id est Trancoso moraria longobria naumam uacinata amindula pena de dono alcobria seniorzelli Caria cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa stremadura» (PMH-DC, 81).

Sem pretender ser exaustivo, quase todos os castelos mencionados no documento de 960 preservam ténues vestígios de fases construtivas atribuíveis à primeira metade do século X. A exceção é Trancoso, fortaleza mais meridional da rede mencionada por D. Chamôa, onde ainda se conserva uma unidade monumental íntegra deste período. Os primeiros elementos disponíveis acerca da ocupação asturiano-leonesa de Trancoso não referem o seu castelo. O mais antigo diz mesmo respeito à construção de uma igreja, provavelmente datada de 912, data constante numa epígrafe que sobreviveu até inícios do século XX num edifício civil e que desapareceu posteriormente (MOREIRA, 1921-22: 194, admitida por BARRO-

CA, 2000, vol. 2, t. 1: 34). Trancoso foi atacada pelos muçulmanos em 936 (Catarino, 2005: 200) e é de presumir que, por essa altura, já dispusesse de uma estrutura defensiva. A torre de menagem do actual castelo data do século X (BARROCA, 1990-91: 96) e são várias as características tipológicas que admitem essa datação: a estrutura tronco-piramidal, que a aproxima da torre de Covarrubias (torreón de Fernán González); a entrada elevada provida de arco em ferradura, a que se acedia por escada amovível; o aparelho construtivo que integra silhares de diferentes tamanhos, dispostos em fiadas não-isódomas que incorporam numerosas cunhas (BARROCA, 2000: 217), característica particularmente visível no interior, onde abundam os silhares talhados com cotovelos (Fig. 10). Uma evidência que tem passado despercebida situa-se na face interna inferior das duas impostas que compõem o arco de entrada na torre, onde dois segmentos horizontais de dupla aresta sinusoidal (Fig. 11) recordam idêntica solução aplicada nos capitéis do arco triunfal da igreja de Valdediós. É possível que a fortaleza pré-românica de Trancoso não se resumisse apenas à torre



Fig. 10. Castelo de Trancoso. Fachada ocidental da torre pré-românica, integrada na fortaleza baixo-medieval como torre de menagem



Fig. 11. *Castelo de Trancoso. Decoração na secção inferior das impostas do arco em ferradura sobre-elevado que permitia o acesso ao interior da torre.*

(FERNANDES, 2016a: 333-334), mas é assunto que merece outro desenvolvimento que aquele que lhe poderei dedicar neste momento.

No território abrangido pela doação, subsistem vestígios religiosos de alguma importância, consentâneos com a própria doação de 960, na qual se referem mosteiros e peregrinos. A igreja do Prazo é o mais relevante, uma vez que preserva parte considerável da planta do templo, espaço bastante compartimentado em três naves, recentemente estudado (REAL, 2013), cujos elementos tipológicos aproximam-se do vocabulário artístico de Balsemão ou Lourosa (grandes saiméis de arcos em ferradura, frisos e cornijas moldurados, etc.). Em Moreira de Rei, a actual igreja matriz ainda conserva a entrada lateral em arco em ferradura, embora muito adulterada. E quer no Castro do Jarmelo (Guarda), quer no sítio de Vilares (Trancoso), identificaram-se recentemente dois fragmentos de vãos de iluminação, cujo rebordo moldurado tem correspondência com o ajimez de S. Pedro do Sul e com peças de Lourosa hoje desaparecidas, mas que foram fotografadas aquando do restauro da igreja. A peça de Vilares ⁴ é particularmente importante, pois trata-se do

segmento central de um grande ajimez, que pode ter feito parte de uma igreja da região, o que ajuda a contextualizar geograficamente os relevantes vestígios pré-românicos de Trancoso, assegurando à fortaleza um efectivo domínio de um território que tinha outros pontos de colonização.

Outros dados apontam para uma maior actividade contrutiva na primeira metade do século X. Por exemplo, em 957, Indequina Palla, casada com Gondesindo Eres, filho de Ero Fernandes, concedeu ao mosteiro de Sperandei (hoje a localidade de Mosteirinho?) diversos bens em Águeda, incluindo o mosteiro de Marnel e a igreja de S. Martinho (LP, 111). Ero Fernandes teve importantes interesses fundiários no curso médio e terminal do rio Vouga e também uma propriedade em Centum Cortes, que Almeida Fernandes (1973: 41) localizou perto de Lafões, e é conhecida a proximidade para com a estratégia de seu irmão, razão pela qual é de colocar a hipótese de o mosteiro de Sperandei, apesar de apenas documentado a partir de 957, poder corresponder a uma fundação ainda na primeira metade do século X e no contexto de instalação da “corte” de Lafões.

⁴ Agradeço a amabilidade de Maria do Céu Ferreira e João Carlos Lobão para o conhecimento desta peça.

3.4. Outras manifestações leonesas na zona de Viseu durante o século X

Bermudo Ordóñez terá falecido na década de 20 do século X e as famílias que o apoiavam estavam já, por essa altura, inseridas numa estratégia matrimonial e fundiária mais vasta que o âmbito geográfico restrito do exílio do seu senhor. Já se viu como Ordonho II entregou a educação do príncipe Ramiro (futuro Ramiro II) a Diogo Fernandes e Onega Lucidis, e foi a partir da constituição de um reino independente com sede em Viseu que se abriu um novo quadro na gestão do território ocidental das possessões leonesas. Ramiro foi monarca de uma marca regional durante menos de dez anos, mas a sua relação com o território não cessou com a unificação do reino de León sob a sua autoridade a partir de 931. Uma das primeiras medidas de Ramiro II foi a doação do condado de Portucale à sua “irmã colaça” Mumadona Dias, afastando assim a estirpe do presor Vímara Peres (REAL, 2005: 279).

Desconhece-se onde terá vivido o príncipe Ramiro e onde terá depois estabelecido o seu solar, a partir de 924. Enquanto jovem, terá habitado em Moçâmedes, no paço de Diogo Fernandes, mas depois de se estabelecer como monarca na fronteira ocidental, onde terá vivido? Não existem dados objectivos para responder a esta pergunta. Em teoria, o centro urbano mais próximo da área de Lafões é Viseu, colocando-se a hipótese de ter estabelecido aí a sua capital, mas os vestígios que se conservam na cidade são ténues e problemáticos.

Alguma tradição tem veiculado a hipótese de o topo da colina da Sé ter albergado um paço alto-medieval, sobretudo a partir da notícia de 1125, que dá conta da existência de um solar ao serviço dos condes portugalenses D. Henrique e D. Teresa (SARAIVA, 2010: 21, nota 30). No

actual complexo catedralício, subsistem três troços de muro que, por reutilizarem silhares romanos, alguns almofadados, permitem colocar a hipótese de se estar perante o que resta de um edifício civil e/ou militar, possivelmente relacionado com os titulares do poder na Viseu leonesa (menos provavelmente terão feito parte de um suposto alcácer de origem islâmica). O reconhecimento destas pré-existências foi possibilitado por um estudo de arqueologia da arquitectura dirigido por Luís Caballero Zoreda e María de los Ángeles Utrero Agudo. Na face voltada à Praça D. Duarte subsiste um muro escalonado que assenta sobre duas fiadas de uma parede romana, tendo a superior sido afeiçoada para se ajustar a uma diferente orientação no sentido oriental (Fig. 12). A



Fig. 12. Sé de Viseu, Varanda dos Cónegos. Pormenor do aparelho construtivo do alicerce na face meridional, com indicação de três fases construtivas. 1: muro romano que seguia uma orientação Noroeste-Sudeste; 2: muro de provável cronologia alto-medieval; 3: muro de cronologia baixo-medieval.

secção escalonada, certamente destinada a embasamento de uma construção entretanto desaparecida (UTRERO, 2012b: 592), compõe-se de seis fiadas onde se utilizaram silhares de menores dimensões que o muro romano onde assenta. É possível que corresponda a tempos asturiano-leoneses, embora a única certeza é que foi construído depois da época romana e antes do período românico. Mais relevante do ponto de vista tipológico, porém tão incerto cronologicamente como esta superfície escalonada, são os vestígios de um edifício no limite inferior do alçado oriental da Sé (Fig. 13). A zona caracteriza-se por uma sucessão de aparelhos caóticos, anteriores à cabeceira gótica da catedral, e foi muito restaurada no século XX. Em todo o caso, ainda se preservam trechos compostos por silhares de grandes dimensões, alguns dos quais almofadados, todos reaproveitados (UTRERO, 2012b: 594).



Fig. 13. Sé de Viseu. Cunhal (ou contraforte) pré-românico (?) incorporado na junção da fachada setentrional da torre Sudeste e o maciço nascente da Sé. Com a letra A identifica-se o silhar que foi afeiçoado para formar o ângulo de 90°

No seu limite meridional, o muro parece formar um contraforte, tendo um dos seus silhares sido desbastado para se adaptar a um ângulo de 90°. É atraente a hipótese de se estar perante um muro contrafortado do período asturiano-leonês, mas tal sugestão não pode, para já, ser confirmada.

Ainda em Viseu, subsiste outro enigmático monumento que abordagens recentes aproximaram da colonização asturiana e leonesa: a Cava de Viriato (Fig. 14). O gigantesco octógono obtido a partir de um fosso e de uma muralha de terra (subsistem todavia notícias sobre a inclusão de superfícies pétreas no amuralhamento e portas) tem uma longa tradição historiográfica e uma não menos resistente fortuna lendária. Nos últimos anos ganhou consistência uma linha de interpretação de sentido islâmico, reconhecida a importância estratégica de Viseu nos corredores bélicos da (re) conquista e avaliada a proximidade com o acampamento de al-Qadisiya (Samarra, actual Iraque) (MANTAS, 2003: 41; CATARINO, 2005: 202; CORREIA, 2011: 122). Existe, todavia, uma outra via de interpretação que, só agora, começa a ganhar solidez: a que consagra a possibilidade de o monumento ser o produto dos agentes colonizadores setentrionais. Os primeiros dados nesse sentido foram avançados em 2006 (ALARCÃO, 2006: 141), mas deve-se a Manuel Luís Real, em conferência realizada em 2012, que permanece inédita, uma mais objectiva aproximação ao tema.

Na história do urbanismo asturiano e leonês, sabe-se que, pelo menos, duas cidades foram dotadas de fossos que configuravam áreas protegidas: Oviedo e Compostela. A cava de Oviedo ainda não foi reconhecida arqueologicamente, não obstante as tentativas de identificação do seu perímetro no urbanismo



Fig. 14. Cava de Viriato, Viseu, na actualidade. Panorâmica do sector setentrional da muralha e do fosso alagado durante o Inverno.

actual (Sánchez Montana, 2009), mas sabe-se que foi iniciada em 875, ano constante de uma inscrição hoje preservada no Museo Arqueológico de Asturias. Diferente é o caso de Compostela, onde José Suárez Otero (2003: 63) logrou identificar o fosso mandado construir pelo bispo Sisnando II, antes de 968, documento que se refere a um fosso dotado de água circundante. Ainda que longe de definitivos, os fossos de Oviedo e de Compostela não podem deixar de ser levados em conta em futuras análises à Cava de Viriato. Em 2015, Catarina Tente e Manuel Luís Real fizeram sondagens no interior do fosso viseense, mas os dados até agora resgatados são muito escassos e aguarda-se que a área de sondagem possa vir a ser alargada.

No território polarizado a partir de Viseu sobrevivem outros testemunhos que, do ponto de vista tipológico, remetem mais facilmente para horizontes asturianos e leoneses, que os tão inexpressivos vestígios da zona urbana de Viseu. Na localidade de Mosteiro de Fráguas identificaram-se três aduelas de

uma *eikonosthesis*, um tímpano liso e um lintel epigrafado (REAL, 1970). Os mais importantes vestígios do conjunto estão hoje em exposição no Museu de Terras de Besteiros (Tondela), a partir da reconstituição proposta por Real (2005). A inscrição gravada no lintel de um dos portais da igreja pré-românica de Fráguas alude à origem do fundador do mosteiro que ali existiu: Ressus de Cárquere (BARROCA, 2000: 135) (Fig. 15). Embora não se conheçam outros elementos sobre a vida deste enigmático Ressus (ou Gressus), é natural que tenha vindo de Cárquere (concelho de Resende), constituindo assim mais um exemplo de agentes colonizadores que parecem ter estado à margem (ou nas franjas) do movimento oficial protagonizado pelos condes de Afonso III e respectivas estirpes alargadas.

No território interior entre Viseu e a linha defensiva que aparece mencionada em 960, que suponho tenha estado também bastante militarizado (FERNANDES, 2016a: 353), apareceram outros importantes vestígios de época pré-românica. O mais conhecido é a inscrição



Fig. 15. Museu das Terras de Besteiros, Tondela. Inscrição comemorativa da construção da igreja pré-românica de Mosteiro de Fráguas, aludindo ao seu promotor, Ressus de Cárquere («RESSUS DE CARCERE FECIT», segundo leitura de BARROCA, 2000: 135)



Fig. 16. Senhora do Barrocal. Inscrição que se encontra no interior da capela de Nossa Senhora das Candeias e que, na origem, faria parte de um lintel decorado com sequências de arquinhos

da Senhora do Barrocal, considerada obra do século XI num primeiro momento historiográfico (ESTEFÂNIO, 2009: 108-109), mas que análises mais recentes apontam para o século X e para uma data específica: 971 (REAL, 2017, no prelo) (Fig. 16). Como em Fráguas, também esta inscrição foi grafada num lintel de uma porta, aqui com a particularidade de se associar a um friso de arquinhos que simula um âmbito arquitectónico decorativo. Na Senhora do Barrocal, sítio com privilegiada situação geográfica e que terá sido servido por antiga estrada romana, Catarina Tente desenvolveu já duas campanhas arqueológicas e os resultados são bastante animadores, tendo-se identificado materiais consentâneos com o

povoamento do século X. E ainda no mesmo concelho de Sátão, foi recentemente descoberta uma inscrição criticamente datável do século X, que menciona um enigmático «Silo Fecit»⁵.

Outros vestígios menos expressivos localizam-se um pouco por todo o território entre Coimbra e Arouca, Viseu e Numão. Em Fermeido existe um clipeo que foi já associado a este período (REAL, 2007: 142). Em Sobral Pichorro, os elementos reaproveitados numa capela do século XVI podem também corresponder à colonização asturiana e leonesa, porém com muitas cautelas (FERNANDES, 2016b: 75). E ainda hoje surpreende a quantidade de for-

⁵ A primeira notícia sobre esta peça foi fornecida pelo arqueólogo Hugo Baptista; a inscrição permanece por ler de forma integral.

talezas que revelaram fragmentos cerâmicos aparentemente alto-medievais, quase todas ainda não investigadas arqueologicamente. A longa lista de castelos e fortalezas ao longo de antigas estradas romanas da região é um indicador que, por um lado, certifica o grande potencial arqueológico da região e, por outro, impõe grandes cautelas na tentativa de reconstituir a história regional nos séculos IX e X. É natural que apenas uma escavação arqueológica possa significar uma revolução no conhecimento da zona para a alta Idade Média, como parece acontecer na Senhora do Barrocal, e como aconteceu já em Trancoso, pelo que qualquer aproximação ao território tem de se revestir de uma prudência constante.

3.5. Sinais da vitalidade da diocese de Viseu

Durante o governo asturiano e leonês do actual centro de Portugal conhecem-se referências a vários bispos sediados em Viseu. Do primeiro não restam dúvidas sobre a sua associação à cidade, na medida em que aparece a confirmar um diploma datável entre 850 e 856 como «dulcidius dei gratia episcopus uisense» (*PMH-DC*, 2). Mais interrogações motivava o nome de Sebastián, provável sobrinho de Afonso III e futuro prelado de Salamanca, documentado na zona de Viseu ao tempo das presúrias de finais do século IX (*REAL*, 2005: 277). É todavia importante ter em consideração que, quer em 891, na sagração da igreja de San Adrián de Tuñón, quer em 893, na sagração de San Salvador de Valdediós, não há qualquer menção a prelados viseenses. Em si mesmo, esta ausência não deve valorizar-se como uma linear inexistência da diocese de Viseu nestes anos finais do século IX ou um deliberado isolamento dos poderes aí estabelecidos, pois as próprias notícias de Tuñón e de Valdediós são duvidosas, em particular esta última inscrição, que não menciona sequer o monarca nem o orago do templo (*UTRERO*, 2012a: 127).

As duas referências seguintes reportam-se a décadas centrais do século X e dão conta da existência de dois bispos de possível ori-

gem oriental, tendo em consideração os seus estranhos nomes: Salomão, documentado em 932, e Iquila, cujo episcopado foi já delimitado sensivelmente entre 974 e 981. Para além destes, conhecem-se ainda mais quatro ou cinco prelados: Gunderico (905); Anserico (915-918?); Sabarico? (922); Dulcídio II (943-950) e Hermenegildo (961-969) (*REAL*, 2000: 47, quadro IX; *CARRIEDO TEJEDO*, 1998-99: 320 e 343).

Apesar de sumárias, as simples menções a estes bispos revelam uma continuada dimensão diocesana que surpreende pelo número de prelados e que não pode dissociar-se do investimento que os agentes asturianos e leoneses fizeram neste território durante os séculos IX e X. Desconhece-se, todavia, qual o local que serviu de catedral, dificultadas as análises pela inexistência de dados arqueológicos seguros, mas também por uma sensação de grandes alterações topográficas da urbe entre o fim do império romano e a emergência do condado portugalense no final do século XI. Já se viu como as expectativas arqueológicas de S. Miguel de Fetal não foram confirmadas. O templo de S. Martinho é conhecido apenas por documentação do século XI, do tempo de D. Sesnando Davidiz, alvazil de Coimbra no reinado de Fernando Magno, através de um documento que certifica a sua antiguidade, mas não a época em que foi construído. O diploma em questão, criticamente datado entre 1066 e 1091, refere que o templo «sempre fuit in honore ecclesiastico, tam in temporibus Ismaelitarum quam in temporibus Fredenandi regis» (*LP*, 417). Perante tal observação, alguns autores recuaram a construção do edifício ao século VIII, ou mesmo antes, mas em rigor não se pode chegar a nenhuma conclusão acerca do contexto de fundação. A igreja de Santa Cristina de Viseu foi demolida em 1974, mas o primeiro documento que a identifica data somente de 1160, embora seja de valorizar o facto de, no seu aparelho construtivo, terem aparecido silhares almofadados (*ALVES*, 1975: 440-442). Finalmente, nada se pode saber acerca da igreja de Santa Eugénia, periférico templo com um inusual orago, que *SARAIVA* (2010: 14) atribuiu à comunidade moçárabe, porém sem evidências materiais.

Se se desconhecem os âmbitos arquitetónicos dos bispos asturianos e leoneses de Viseu, do património móvel e documental subsistem duas importantes realizações que provam, sobretudo, a actualização doutrinal e estética de alguns bispos que ocuparam a cátedra viseense. Até à segunda metade do século XX conservou-se uma cruz peitoral bizantina, cuja mais completa descrição ficou a dever-se a Aarão de Lacerda (1942: 143, 148) (Fig. 17). Conhecida na actualidade apenas por fotografias antigas, é possível associar esta peça a um modelo específico de cruzes bizantinas em voga no século X, cujo exemplo mais ilustrativo é dado por uma cruz relicário na posse de um privado de Nova Iorque (TAFT, 1997: 169). O grande sucesso destas cruzes levou à sua privilegiada aquisição por agentes do poder em toda a Europa oriental e ocidental e não é, por isso, de estranhar o facto de, também em León, se encontrar uma peça desta tipologia, em concreto a chamada “cruz de Fernán González”, hoje pertença do espólio da catedral de Burgos. A circunstância de dois bispos viseenses terem nomes “orientais” (Salomão e Iquila) foi também já sugerido como hipótese para a chegada desta cruz a Viseu (REAL, 2005: 280).

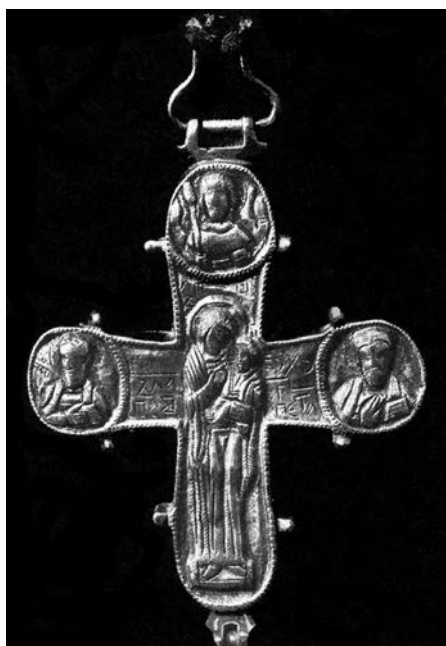


Fig. 17. Cruz peitoral bizantina que pertenceu ao tesouro da Sé de Viseu. Procedência desconhecida; localização desconhecida. Século X

Finalmente, importa referir dois fólhos de um códice leonês da segunda metade do século X, que ainda hoje se conservam nos arquivos distritais de Bragança e de Viseu (NASCIMENTO, 1999: 120-123). O códice em questão continha a mais importante colecção canónica peninsular, organizada em momento não identificado do século VII e cujo conteúdo se destinava a manter a disciplina eclesiástica nos territórios do reino asturiano-leonês (FRIAS, 2000: 204). O vínculo a *scriptoria* leoneses é fornecido pelo conteúdo dos fólhos, mas também pelo desenho de um arauto no início da palavra «Interfuerunt», figura hierática e longilínea, colorida e com tratamento miniatral sumário dos trajes, tão característica da iluminura leonesa.

4. Dois monumentos emblemáticos

Na área em estudo, dois monumentos merecem tratamento autónomo, pela grande relevância dos materiais alto-medievais que preservam. Não existem dados documentais contemporâneos acerca da sua edificação em período asturiano e leonês, mas a quantidade e qualidade dos elementos tipológicos que exibem asseguram a existência de campanhas construtivas entre os finais do século IX e as primeiras décadas da centúria seguinte. Ambas as construções têm pelo menos duas etapas e quer os trabalhos de âmbito comparativo, quer o estudo de arqueologia da arquitectura realizado em S. Pedro de Lourosa, não permitem reconstituir as plantas originais dos respectivos templos, nem a disposição da sua decoração. Por estes motivos, são muitas mais as perguntas que tenho em relação a estes conjuntos do que as respostas que posso dar. Em todo o caso, importa visitar estes dois monumentos e esclarecer o que é possível de afirmar e o que é possível de sugerir.

4.1. S. Pedro de Balsemão, Lamego

Já se explorou acima a possibilidade acerca de um primeiro templo construído ainda na segunda metade do século IX. É de presumir, no entanto, que esse edifício tenha sido objecto de uma campanha renovadora na

centúria seguinte, infelizmente em momento que não é possível precisar. Em rigor, esta é uma hipótese que coloco devido à natureza tipológica dos vestígios materiais incorporados no templo, mas não existem elementos de datação absoluta que a suportem.

A parede do arco triunfal contém elementos que podem coerentemente atribuir-se a uma mesma fase construtiva, ainda que revelem sinais de reutilização (Fig. 18). A face nascente do arco triunfal é relevante do ponto de vista tipológico, pois as aduelas aí incorporadas têm um almofadado pouco pronunciado, que repete idêntica opção dos arcos das naves da igreja de Lourosa, parcela do edifício que associo à inscrição de 912. Já a forma elegante da sua curvatura em ferradura foi-lhe conferida durante o restauro, pois o vão tinha um formato peraltado (CORREIA, 1912: 20 e PESSANHA, 1927: 9-10), feição possivelmente conferida na reconstrução do século XVII. As impostas de rolos que suportam o arco são também elementos tipológicos relevantes para a sua atribuição à expansão asturiana e leonesa (ALMEIDA, 2001: 32). Elas não parecem ter sido terminadas, como se intui pela decoração em espinha do tardo do arco meridional, limitado a um segmento horizontal, quando, na face da peça voltada à nave central, a decoração é composta por três segmentos ornamentais em espinha. Ora, este tipo de decoração aparece repetidas vezes na arte asturiana do século IX e na leonesa do século X, constituindo mesmo um dos temas de maior sucesso naqueles contextos. Com razão Pessanha (1927: 13) aproximou estas peças de Balsemão das de Valdediós e Priesca (BARROCA, 1990: 113) e são vários os edifícios das Astúrias que ostentam este tipo de ornamentação (desde as colunas de Santa Maria de Naranco, aos capitéis-impostas de San Miguel

de Lillo, ou a um fragmento de coluna de San Martín de Castañeda). A imposta-friso do lado Norte do arco triunfal tem ainda a particularidade de o segmento médio da decoração ser formado por um motivo em aspa («»»), solução que se encontra de forma bastante vinculada na escultura de Naranco e Lillo ainda no século IX e que aparece, na Beira Alta, num curioso silhar ornamental de Figueiredo das Donas (conc. Vouzela). Entendo, por isso, que este recurso ornamental constitui uma das mais inequívocas ligações ao mundo asturiano-leonês.

A análise à decoração das faces nascentes das impostas de Balsemão sugere, todavia, que elas estejam reaproveitadas. Aqui encontram-se elementos circulares, algo desconexos e deficientemente desenhados, que

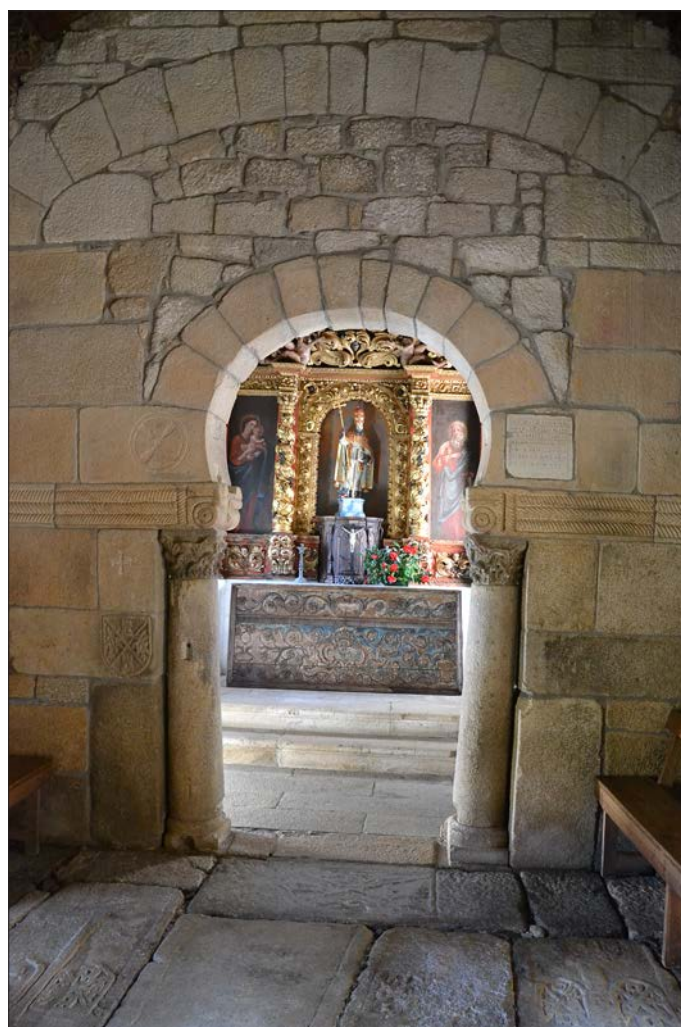


Fig. 18. São Pedro de Balsemão. Face ocidental da parede do arco triunfal

contrastam com a coerência compositiva das faces voltadas a Ocidente. Proponho, por isso, que na origem apenas a face ocidental estaria à vista. Quando, em época posterior, os elementos foram incorporados nesta parede, houve necessidade / vontade de decorar as faces hoje voltadas ao interior da capela-mor. Em vão se terá tentado repetir a decoração em espinha da imposta meridional e, na do lado oposto, optou-se finalmente por uma decoração mais simples, estilisticamente não tão vinculada ao universo artístico asturiano, e decididamente mais livre nos motivos e no rigor da composição. A hipótese de estes elementos estarem reaproveitados é ainda reforçada pelo facto de, na imposta do lado Sul, a face nascente ostentar uma sequência de arquinhos que deviam ter correspondência com um silhar inferior, entretanto desaparecido. Esta decoração aparece ainda numa segunda imposta, hoje reaproveitada no muro de separação entre as naves central e Sul. A circunstância de ser também decorada com uma sucessão de arquinhos na parte inferior admite imediatamente a sua relação cronológica e funcional com a imposta Sul do arco triunfal, fazendo crer que ambas terão sido realizadas para um mesmo arco e que, hoje, estão adaptadas a locais distintos do templo.

Esta última imposta, na sua face voltada a Sul, tem também coerência decorativa com uma outra, desta feita colocada no extremo oposto (limite ocidental da arcaria Norte). Em ambas, a sequência de arquinhos dá lugar a uma solução de triângulos, mas a parte superior das impostas é idêntica, ornamentada com uma série sinusoidal geométrica de desenvolvimento horizontal que simula rolos espiralados. Dá-se até a circunstância de ambas as impostas terem a terminação em rolo sublinhada por um contorno de duplo sulco em forma de meia-lua, que acompanha toda a parte final da imposta. As restantes impostas incorporadas no corpo da igreja, apesar de distintas, revelam curiosos paralelismos estéticos que admitem uma relativa coerência de todo o conjunto.

Ainda que não se esteja na posse de dados que certifiquem a contemporaneidade das

seis impostas, todas elas possuem elementos que as vinculam à estética asturiano-leonesa e todas elas estão reaproveitadas. Quer isto dizer que, muito provavelmente, a planta original do templo não seria a que hoje se conhece, nem quatro das impostas estariam associadas às arcarias que delimitam as naves, solução que, de resto, é francamente incomum. Tenho dúvidas, aliás, sobre a originalidade (sequer a medievalidade) das paredes longitudinais a estas arcarias, que impossibilitam a existência de circulação entre as naves ao nível do cruzeiro. A análise que é possível fazer aos encaixes destes muros com a parede do arco triunfal revela que, ao contrário de uma sintonia construtiva, aqueles muros apenas se adossam à parede, assim revelando a sua posterior construção. A própria realização destas paredes parece ter levado à destruição do friso de decoração em espinha.

Ora, tendo em conta que as paredes que limitam lateralmente o cruzeiro são posteriores e que subsiste um conjunto de seis impostas de rolo, penso que estão criadas condições para supor que a igreja pré-românica de Balsemão – (re)construída provavelmente nas primeiras décadas do século X -, pode ter tido uma cabeceira tripla. Nem outra solução fará sentido perante a existência de seis impostas de rolo, que definiriam três vãos de acesso à cabeceira.

Esta hipótese levanta problemas, sendo o principal o facto de a capela estar bastante alteada em relação à cota de terreno e não haver quaisquer vestígios das capelas laterais. Em todo o caso, também a cota a que se encontra o monumento não deve ser original, na medida em que é fruto de uma reconstrução do século XVII, que deve ter levado ao alteamento de toda a estrutura, possivelmente, mesmo, à sua construção sobre parte das ruínas do edifício alto-medieval, como sugere o pódio sobre o qual a construção hoje assenta.

Existem mais argumentos para supor da existência de uma cabeceira tripartida. Sempre me questioneei acerca das duas aras romanas reaproveitadas como pés de altar que

ainda subsistem no templo e de um outro altar, em forma de tambor de coluna, que ostenta também cavidade para conter uma lipsanoteca (Fig. 19). Estes três elementos, embora não se saiba se terão sido reaproveitados num mesmo momento da história do templo, parecem assegurar uma certa multiplicação de altares. Em anos mais recentes, identificou-se um pé de altar decorado com uma cruz, reaproveitado no muro ocidental da capela, possivelmente a parede que dividia as naves de um provável *narthex* que terá rematado o edifício pelo lado poente (primeira notícia em ALMEIDA, 2001: 32) (Fig. 20). Ainda que se conheça apenas uma das suas quatro faces, ela inclui uma cruz dotada de grande pé, mas cujos braços e terminações têm o mesmo tamanho, tudo incluído numa moldura muito simples que percorre o rebordo da face. A importância desta descoberta para a arte pré-românica no actual território português é decisiva. A peça faz parte do reduzido lote de pés de altares daquele período, que até há pouco se resumiam aos de Rates (núcleo museológico local) e Lourosa (há muito desaparecido e conhecido apenas por



Fig. 19. São Pedro de Balsemão. Pé de altar dotado de loculus para lipsanoteca



Fig. 20. São Pedro de Balsemão. Pé de altar reaproveitado na parede que separa a igreja da dependência anexa a poente

fotografias). Todos eles são decorados com uma cruz (mais nítidos os de Lourosa e Balsemão), que não é outra senão a cruz asturiana, símbolo da monarquia ovetense, tantas vezes empregue nas obras do reinado de Afonso III, em igrejas do seu patrocínio ou erguidas durante o seu tempo, e mesmo em outras construções de alcance civil ou militar, como a célebre inscrição comemorativa da abertura da cava de Oviedo.

A existência deste pé de altar (distinto das aras romanas reaproveitadas) veio recolocar o debate acerca da configuração da cabeceira pré-românica de Balsemão. À partida, o pé de altar estaria associado à capela-mor e, possivelmente, as duas aras romanas podiam ter sido incorporadas em eventuais capelas laterais.

No entanto, o assunto reveste-se de maior complexidade, uma vez que, há algumas décadas, um coleccionador privado adquiriu, na zona de Lamego, um pé de altar praticamente igual ao de Balsemão (agradeço o conhecimento desta peça a Manuel Luís Real) (Fig. 21). As fotografias a que tive acesso revelam

que a peça tem, de facto, grandes parecenças com a que se encontra em Balsemão: na face principal, a cruz é de braços iguais, repetindo-se a circunstância de ocupar toda a extensão horizontal, e a composição é delimitada por uma moldura em tudo idêntica. A cruz foi também o tema para a decoração de uma outra face, fazendo crer que a peça teria sido concebida para, pelo menos, ser vista em duas frentes. Esta segunda cruz está muito prejudicada pela reutilização da parte superior como capitel românico, mas ela é ainda bem perceptível e repete o modelo da composição da face principal. A terceira superfície visível ostenta uma decoração menos significativa, mas ainda assim de interesse, na medida em que corresponde a uma opção puramente ornamental, à base de círculos secantes e outros elementos vegetalistas.

A confirmar-se que este pé de altar possa ter vindo de Balsemão, como parece provável, estar-se-á na posse de dados que apontam para a existência de dois pés de altar pré-românicos, o que supõe a opção por uma cabeceira tripartida. Infelizmente, o terreno em volta da capela não foi ainda objecto de escavações e



Fig. 21. Colecção privada. Pé de altar pré-românico procedente de Balsemão? Foto Manuel Luís Real, a quem agradeço a amabilidade de permitir a sua publicação

é mesmo possível que o potencial estratigráfico na zona da cabeceira tenha sido perdido pelo suposto alteamento na construção do século XVII. A radicalidade da obra de época moderna, de resto, acentua a convicção de que a igreja é, afinal, uma construção seiscenista que reaproveita materiais pré-românicos.

4.2. S. Pedro de Lourosa, Oliveira do Hospital

Os problemas com que se caracterizam os vestígios pré-românicos de Balsemão repetem-se em S. Pedro de Lourosa. Também aqui é possível que tenham existido duas fases construtivas, e também Lourosa terá feito parte de um complexo territorial de relativa centralidade no quadro da instalação asturiano-leonesa na Beira.

Quando realizei a tese mestrado sobre este monumento (FERNANDES, 2002), subsistiram perguntas que careceram de resposta satisfatória. Uma delas, com a qual me confronto há anos, diz respeito à (aparentemente) incongruente opção, não só por um vocabulário estético, como também por algumas soluções planimétricas e volumétricas que caracterizam a arte asturiana um século antes e não pelos modelos arquitectónicos, espaciais e decorativos que, nos inícios do século X, se seguiam genericamente no bloco asturiano-leonês. Ou seja, estando o edifício de Lourosa consensualmente datado de 912, pela inscrição que foi encontrada durante o restauro e que hoje se conserva sobre o lintel da porta principal, seria suposto que o programa arquitectónico estivesse relacionado com a etapa final da arte asturiana, sua contemporânea. Mas não é

isso que acontece. À excepção dos ajimezes, e de outros pormenores menos significativos, o que caracteriza a obra de Lourosa é uma deliberada utilização de elementos relacionáveis com a arte asturiana de inícios do século IX.

São vários os aspectos desta estranha opção, que tive já oportunidade de sintetizar (2008). Um dos mais impressionantes diz respeito à planimetria e volumetria do templo. Se a reconstituição que propus em 2002 estiver globalmente correcta⁶ (Fig. 22), e se a proposta que Fortunato de Selgas efectuou em 1905

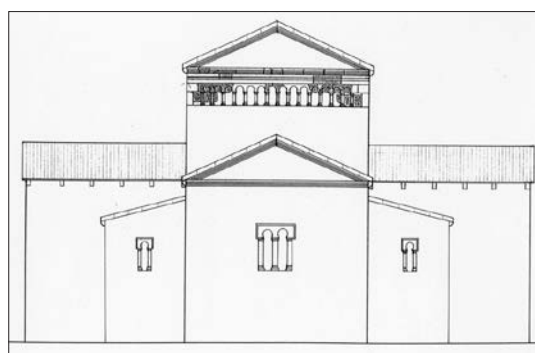


Fig. 22. S. Pedro de Lourosa. Reconstituição da cabeceira e torre-cruzeira da igreja. Segundo Paulo Almeida Fernandes, 2002. Desenho Rosário Carvalho. Esta proposta inclui a reconstituição do friso de arquinhos e ajimez central, realizada por Manuel Luís Real, 1995

para o corte longitudinal da igreja-panteão de Santa Maria de Oviedo estiver também correcta (como aceitam vários autores), então Lourosa seguiria fielmente o modelo daquela igreja ovetense, sintomaticamente concluída em 812, exactamente um século antes da data associada à igreja da área “portuguesa”⁷. Outros dois aspectos parecem reforçar

6 14 anos depois do estudo monográfico sobre a igreja, não partilho já inteiramente das propostas de reconstituição que, então, apresentei. Em relação à organização volumétrica, foi possível esclarecer a altura da nave Norte, que devia terminar imediatamente abaixo da linha de cavidades para suporte do telhado, como ainda se observa numa fotografia efectuada durante o restauro. Isso obrigaria a reduzir em altura as duas naves laterais e, por arrastamento, a própria nave transversal e torre sobre o cruzeiro, cujas proporções sugeri em 2002 por analogia com S. Frutuoso de Montélios (tb. FERNANDES, 2008: 29). Por outro lado, também o *narthex* de Lourosa devia ter dois andares, como também se verifica numa fotografia prévia ao restauro e que ilustra um modilhão estriado a limitar superiormente o segundo andar. Em todo o caso, penso que esta proposta de reconstituição ainda é válida nas suas linhas gerais, ao incluir a fachada da nave transversal rematada por frontão triangular, a torre-cruzeira com o friso de arquinhos, e as paredes da nave central organizadas em três tramos, a que correspondiam três janelas em forma de arco em ferradura, cujos vestígios ainda se encontraram no restauro.

7 A igreja-panteão de Santa Maria de Oviedo foi construída durante o reinado de Afonso II, junto à basílica de São Salvador. A sua construção deve ter terminado ao redor de 812 (CID PRIEGO, 1995: 98-100). O templo é conhecido sobretudo graças às descrições de Ambrosio de Morales, 1572, e Alfonso de Carvalho, as quais permitiram a reconstituição de Fortunato de Selgas em finais do século XIX. A estrutura ocidental do templo (onde se instalou o panteão real ovetense) deve ter sido um acrescento (GARCÍA DE CASTRO, 1997: 162), mas, até ao momento, não foram realizadas escavações arqueológicas no local que permitam uma caracterização mais segura.

esta relação transtemporal entre Lourosa e as igrejas asturianas do tempo de Afonso II. O primeiro diz respeito à relevância do ante-corpo ocidental (que, em Lourosa, tinha dois andares, como possivelmente também em Santa Maria de Oviedo), se bem que de compartimento único em ambos os pisos (*narthex* e tribuna). Em Lourosa, este espaço é bastante amplo, na ordem dos 5 metros de comprimento, por quase 6 metros de largura, bem mais que qualquer outro *narthex* asturiano, e só parece aproximar-se do ante-corpo ocidental de Santa Maria de Oviedo, estimado em 6m de largura, porém com apenas cerca de 3m de comprimento. O segundo aspecto relaciona-se com a nave transversal, que, em Lourosa, se institui como verdadeiro eixo espacial complementar / concorrencial do eixo longitudinal proporcionado pela nave central, cruzeiro e capela-mor, este último hoje mais vincado pela inexistência de *eikonostasis*.

Na arquitectura asturiana, e avaliadas as devidas diferenças de escala e de proximidade em relação à encomenda régia, a nave transversal de Lourosa aproxima-se apenas da de San Julián de los Prados e, sintomaticamente, não tem paralelo com San Salvador de Valde-

diós (tida como protótipo das igrejas do tempo de Afonso III), nem com San Miguel de Escalada (templo genericamente datado de 913, ainda que este apresente duas fases construtivas).

Passando aos elementos decorativos, estes são também sintomáticos da maior proximidade da obra de Lourosa para com a arte asturiana do século IX. O principal aspecto a focar é a sistemática opção por modilhões estriados (Fig. 23), marca artística do ciclo artístico tradicionalmente associado a Afonso II e que não aparece em épocas posteriores, a começar logo pelo ciclo ramirense de meados do século IX, onde estes elementos estão flagrantemente ausentes, para não voltarem a reaparecer somente em... Lourosa. Também a inclusão de dois óculos em ladrilho é um elemento tipológico que se contextualiza mal com a arte peninsular de início do século X e que tem os seus antecedentes directos nas Astúrias de meados da centúria anterior (designadamente em San Julián de los Prados, Bendones e San Pedro de Nora).

Quer isto dizer que Lourosa é uma igreja ainda da primeira metade do século IX? Sim, mas não só. Como tentarei demonstrar mais



Fig. 23. São Pedro de Lourosa. Modilhão estriado incorporado na fachada ocidental da nave lateral Sul

adiante, são também sintomáticos os poucos elementos que vinculam a construção que hoje vemos (e descontando as malfeitorias realizadas no restauro dos anos 30 do século XX) ao ciclo construtivo do tempo de Afonso III, a começar pelos ajimezes de rebordo estriado, o pé de altar original, que era também decorado com a cruz asturiana, as portas com lintel e arco de descarga de volta perfeita e, especialmente, a curiosa solução decorativa adoptada na secção terminal da torre-cruzeira, com friso de arquinhos, que tem paralelo em idêntica opção encontrada para Montélios e que deve atribuir-se à transição para o século X.

Quer isto dizer, por outro lado, que Lourosa é uma igreja com duas fases construtivas, uma ainda no século IX e outra associada à inscrição de 912? Esta é uma hipótese que importa ponderar, sobretudo à luz dos resultados do estudo de arqueologia da arquitectura.

Em 2009, graças ao interesse de Luís Caballero Zoreda e respectiva equipa por esta igreja, foi possível realizar um estudo de arqueologia da arquitectura do templo (UTRERO, 2010). Os resultados não foram ainda publicados de forma integrada, mas apareceram já algumas notícias que obrigam a rever os pontos de

chegada da historiografia (tanto da tradicional, como da mais recente, onde se incluem os meus trabalhos de 2002 e de 2008). Não partilho inteiramente das conclusões daquele estudo, em especial sobre a possibilidade da segunda fase construtiva poder ser do século XI (como admite UTRERO, 2012a: 140). Em todo o caso, este exame veio lançar pistas para a possibilidade de terem existido duas etapas construtivas alto-medievais que importa explorar.

O principal indício de ruptura no edifício, que comprova a existência de uma segunda campanha de obras, localiza-se no pé-direito da nave central, entre a entrada no templo e o primeiro arco que abre para a nave Norte, junto da suposta piscina baptismal. De acordo com o relatório preliminar daquele estudo (UTRERO, 2010: 21, inédito), identificou-se uma fractura no aparelho construtivo do pé-direito, provocada pela necessidade de o articular com a arcaria setentrional do corpo da igreja (Fig. 24). Poder-se-ia pensar que esta ruptura foi realizada aquando da reforma românica do edifício, até porque ela está bastante próxima de uma inscrição que foi talhada na imposta do arco ocidental da arcaria, mas a tipologia ultrapassada dos vãos

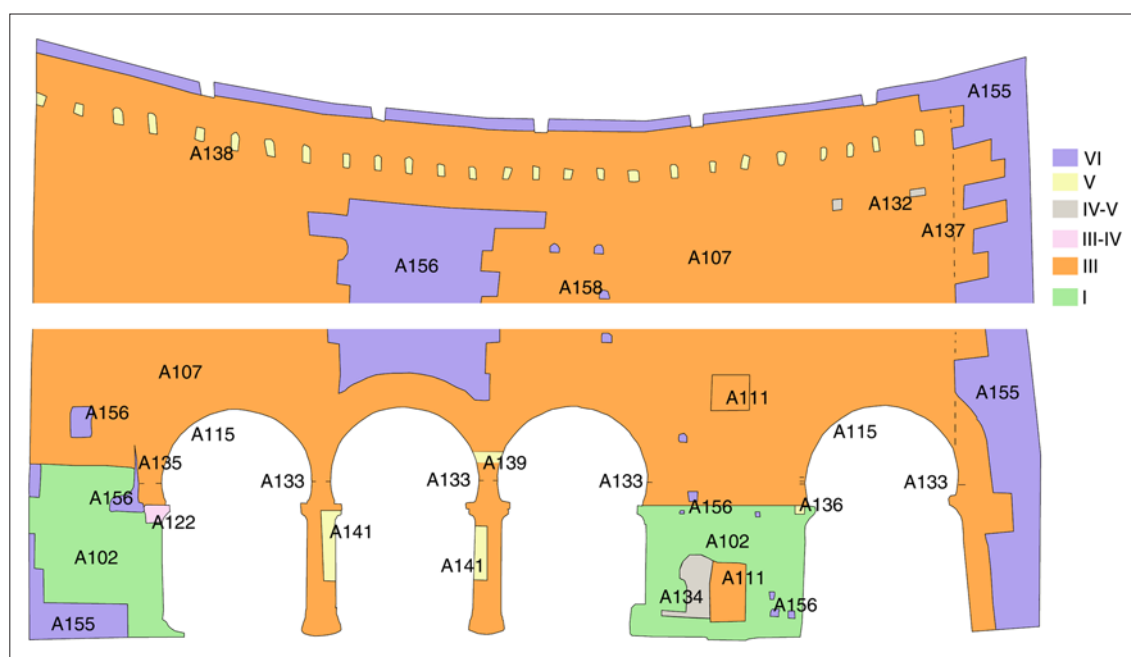


Fig. 24. São Pedro de Lourosa. Secção longitudinal da nave Norte com leitura estratigráfica (UTRERO, 2010, inédito)

não autoriza essa leitura e coloca a fractura em plena época pré-românica. Com base nesta evidência, a equipa concluiu pela existência de duas fases construtivas, atribuindo os muros murários do início e do fim da nave central a um primeiro momento, e as arcadas e superfícies murárias mais altas a uma etapa posterior. Esta observação ganha maior consistência ao analisar o aparelho construtivo de cada sector (Fig. 25). Enquanto nas parcelas inferiores se identifica um aparelho menos cuidado, com silhares de diferentes dimensões e acabamento pouco esmerado integrados em fiadas não-isódomas, o aparelho das partes superiores pauta-se por uma rigorosa isodomia das fiadas e extrema regularidade dos seus silhares. Fotografias tiradas durante o “restauro” do edifício revelam que as partes altas da nave central não foram integralmente destruídas, pelo que se deve admitir a sua atribuição à época pré-românica e não ao momento de reinvenção do monumento no século XX. A mesma distinção ocorre na dependência Norte da nave transversal, onde os segmentos inferiores dos muros revelam um aparelho composto por silhares muito irregulares, que contrastam com as fiadas superiores⁸.

Esta flagrante diferença do aparelho construtivo empregue em ambas as partes do edifício invalida a hipótese de se estar perante uma modificação em obra, não sendo crível que a gestão do estaleiro pudesse ter começado por edificar os limites nascente e poente do corpo da igreja para, só depois, abrir as arcadas que colocam em comu-

nicação as naves central e laterais, obrigando, com essa atitude, ao parcial desmonte do que há havia sido construído. Pelo contrário, a análise ao aparelho certifica a existência de duas fases, aparentemente não tão próximas entre si quanto se poderia supor, uma vez que se caracterizam por distintas técnicas construtivas.

A análise ao aparelho não é o único indicador de duas etapas no conjunto que chegou até hoje. Lourosa exhibe uma multiplicação



Fig. 25. São Pedro de Lourosa. Muro que liga a arcaria Norte do corpo do templo à fachada onde se abre o portal principal (que coloca em comunicação o narthex e a nave central)

⁸ Utrero (2012a: 134-135) reconheceu as diferenças de aparelho nestes termos: enquanto a primeira obra se pauta por uma «fábrica de única hoja que reutiliza sillería de granito (...) trabada con argamasa y abundantes cuñas», a segunda etapa construtiva recorreu a uma técnica totalmente diferente, com «sillería nueva para construir muros de dos hojas mediante el uso de andamios convenientemente colocados, como evidencia los mechinales en los ángulos inferiores de los sillares de la misma hilada».

de acessos ao interior do edifício, cuja análise tipológica revela curiosas conclusões. A utilização de portas de lintel recto com arco de descarga identifica-se apenas nos acessos setentrional e meridional da nave transversal (e também na porta principal de acesso ao templo pelo lado ocidental, já durante o restauro do século XX). Tendo em conta as conclusões de Utrero (2010, inédito: 13) a respeito da contemporaneidade da porta lateral Norte com as fiadas mais antigas da igreja de Lourosa, proponho que a primeira etapa construtiva deva ter privilegiado um tipo específico de ingresso no edifício, que não foi seguido na segunda fase, à qual atribuo as portas de lintel recto do final das naves laterais (que poderiam dar acesso a outras dependências, entretanto desaparecidas) e o exuberante portal principal em arco em ferradura que dava acesso ao *narthex*, entretanto também destruído (e reconstruído). Terá sido também nesta segunda fase que se abriram as portas ocidentais nas dependências Norte e Sul da nave transversal, pois apresentam grandes semelhanças com as suas congéneres das naves laterais e revelam cortes nos muros para aplicar silhares verticais a servir de jambas. A ser verdadeira esta hipótese, e ainda que se desconheça o portal principal original que dava acesso à nave central, o tratamento das fachadas setentrional e meridional da nave transversal evidencia uma verdadeira monumentalização destas parcelas do edifício, fazendo crer que se tratariam dos principais acessos ao interior, pelo menos na primeira fase construtiva.

Qual a razão que terá, então, determinado a segunda campanha de obras no edifício? E qual a sua datação? Não tenho dados suficientes para responder a estas perguntas, mas penso estar em condições de formular

uma hipótese. Ainda que os dados relativos às duas campanhas de Lourosa sejam escassos, a segunda etapa construtiva parece ter actuado sobre o corpo do templo e, possivelmente, sobre a *eikonostasis* que separava a nave central do cruzeiro. Na verdade, parece ter sido a opção pela abertura das arcadas para as naves laterais que determinou a ruptura do maciço pétreo ocidental. Quer isto dizer que, na origem, o templo de Lourosa poderia não colocar em comunicação a nave central com as eventuais naves laterais, caso estas já existissem, e que, num segundo momento, ter-se-á optado por ampliar o espaço reservado à comunidade de fiéis, dotando-o de três naves intercomunicantes. Mas tal opção poderá não estar linearmente relacionada com uma eventual ampliação da comunidade de Lourosa. Tendo em consideração que, no início da nave Norte, se localiza um muito rudimentar baptistério (que coloca também os seus problemas de interpretação)⁹, é possível que a nova configuração do templo tenha sido determinada por uma alteração de estatuto do próprio edifício, que passou a responder também às necessidades daquilo que, na transição para o século XII, viria a ser conhecido por paroquialização. Se esta interpretação estiver correcta, o templo teve outra função na origem, e não será de estranhar que possa ter sido um mosteiro, tendo em conta a grande concentração de instituições monásticas dos séculos IX e X no actual centro de Portugal e a importância que essas comunidades tiveram na expansão asturiana deste território¹⁰. Neste cenário, pondero ainda que a segunda etapa possa ter afectado a zona da *eikonostasis*, sendo a barreira física entre nave central e cruzeiro mais efectiva num primeiro momento e, depois, tendo-se atenuado essa separação de alguma maneira, para permitir uma circulação mais fluída no espaço sagrado.

9 Barroca (2010-2011: 134) admite tratar-se de um baptistério – «a própria morfologia e implantação no interior do templo o sugere», não podendo confundir-se com uma zona para lavagem de defuntos. Concorro com esta opinião, embora realce o estatuto absolutamente ímpar de Lourosa no panorama dos baptistérios alto-medievais peninsulares, de que apenas se conhecem dois casos de carácter rupestre: Lourosa e Santianes de Pravia. Nesta última igreja, a piscina baptismal foi aberta no solo de uma das naves e tem uma rigorosa forma quadrangular, não podendo assemelhar-se ao aspecto tosco e rudimentar de semelhante dispositivo em Lourosa.

10 A atribuição do templo fundacional de Lourosa a uma comunidade monástica foi já proposta por Utrero (2012a: 128 e 142), com base nos critérios tipológicos definidos por Moreno Martín (2011). Aquela autora relaciona o templo eventualmente com o mosteiro de Lorvão. Em Fernandes (2017, no prelo) analiso a grande dinâmica monástica que acompanhou a expansão asturiana e leonesa por esta região.

Colocada a hipótese de duas fases construtivas, resta tentar explicar a relevância de elementos artísticos mais conotados com a estética do tempo de Afonso II que de Afonso III. Os modilhões estriados estão presentes em todo o edifício e não se identificam modilhões de rolos que tanto sucesso tiveram na primeira metade do século X na área leonesa, ou sequer a ausência destes suportes, como sucede nos principais edifícios de meados do século IX (Naranco e Lillo) ou, já no final da centúria, em Valdediós. A mesma constância identifica-se no recurso uniforme a elementos classicizantes, como os capitéis e os arcos. Mas os óculos em ladrilho, por exemplo, só se detectam na nave transversal de Lourosa, sendo substituídos, no corpo do templo, por frestas rectangulares. Por outro lado, os vestígios relacionáveis com o reinado de Afonso III são escassos e resumem-se a aspectos concretos de alteração volumétrica ou alcance simbólico. No primeiro caso, está o friso de arquinhos que coroou a torre sobre o cruzeiro. Ao segundo caso pertence o extenso conjunto de ajimezes (pelo menos 5, de que resta aparentemente apenas 1) e o desaparecido pé de altar.

O friso de arquinhos que coroa a torre cruzeira de S. Pedro de Lourosa não procede (apenas) das Astúrias, mas sim de uma curiosa influência dos alminares islâmicos (REAL, 1995: 44), e tem outras materializações no espaço asturiano-leonês, como em Montélios (não reconstruído no restauro).

Bem diferente é o que se pode dizer em relação ao conjunto de ajimezes e ao pé de altar que os trabalhos de restauro lograram identificar. Já foi afirmado que o típico ajimez de tradição asturiana foi um elemento reforçador da unidade estilística do tempo de Afonso III (BARROCA, 1990: 129) e, em Lourosa, segundo o testemunho de Manuel de Aguiar

Barreiros, chegaram até ao século XX 6 ajimezes (BARREIROS, 1934: 199). Aquando da finalização do restauro, apenas dois haviam sido incorporados na obra final e, destes, somente o da fachada principal era original (DGEMN, 1949: 11), entretanto aplicado ao registo superior da face ocidental da nave central, por se ter suprimido o primeiro andar ao *narthex* (Fig. 26). A proximidade desta peça com o ajimez



Fig. 26. São Pedro de Lourosa. Fachada principal da igreja aquando do início do restauro (sondagens parietais para definir a forma do arco pré-românico de acesso ao *narthex*). No segundo piso, observa-se um já fragmentado ajimez, suprimido durante o restauro. Foto Marques Abreu

da fachada principal da igreja de San Salvador de Valdediós foi já afirmada por vários autores e, se o elemento de Lourosa não é acompanhado pela cruz de cujos braços horizontais pendem os símbolos do alfa e do ómega, partilha com aquela realização asturiana outras semelhanças, como a decoração estriada que acompanha a curvatura em ferradura dos dois

vãos que formam a janela e o rebordo saliente da moldura superior. Este é o elemento que mais aproxima Lourosa das construções do tempo de Afonso III e integra a construção da área portuguesa na corrente estética daquele reinado. A posição que os ajimezes ocuparam no edifício, ainda que se preste a discussão, vem reforçar a sua colocação num segundo momento construtivo, na medida em que, à excepção do ajimez da capela-mor, que poderia estar ao nível do piso térreo (embora se mantenha a dúvida sobre se a ábside teve alguma vez dois andares), os restantes foram aplicados a partes elevadas: um sobre o portal principal, como ainda se encontrava antes do restauro, iluminando a galeria alta sobre o *narthex* que abria para a nave central, e, tão ou mais importante, assinalando simbolicamente o segundo piso da fachada principal, e quatro deles harmonicamente colocados nas faces da torre-cruzeira, ao centro do friso de arquinhos, como foi reconstituído por Manuel Luís Real, e como ainda se testemunha em Montélios.

Finalmente, o pé de altar certifica também a pertença da igreja ao universo asturiano, embora aqui com menores certezas a respeito da cronologia em que foi realizada. Esta peça foi realizada a partir de uma ara romana (SASTRE DE DIEGO, 2012a: 158) e o desenho que dele fez José Vilaça (Fig. 27) mostra uma cruz cujo formato não pode deixar de recordar a *Cruz dos Anjos*, com os seus entalhes circulares a rematar cada braço, ao contrário da *Cruz*

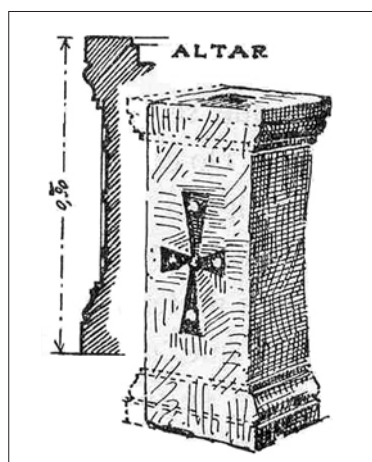


Fig. 27. São Pedro de Lourosa. Desaparecido pé de altar. Desenho de José Vilaça, publicado por BARREIROS, 1934

da *Vitória*, cujos braços terminam em ligeiros tridentes. Quer isto dizer que, mais uma vez, o repertório decorativo das peças asturianas de Lourosa evoca, mais fielmente, as realizações ao tempo de Afonso II que, propriamente, as suas contemporâneas do tempo de Afonso III. O inventário deste tipo de elementos no antigo reino das Astúrias não é elucidativo a respeito da congruência do modelo com recurso à cruz asturiana, na medida em que são pouco relevantes os altares que dispõem desta decoração (SASTRE DE DIEGO, 2012b), e, por outro lado, a respeito da cronologia, sendo possível que o modelo da *Cruz dos Anjos* fosse seguido até ao reinado de Afonso III sem grandes alterações, embora se saliente que, no tempo deste último monarca, as cruzes em pedra que se conhecem (ajimez de Valdediós, remate da fachada principal da Foncalada, inscrição comemorativa da construção da cava de Oviedo, San Martín de Salas) copiam todas a *Cruz da Vitória*.

Um último aspecto, de natureza tipológica, deve ainda ser valorizado para o reconhecimento de, pelo menos, duas etapas construtivas em S. Pedro de Lourosa. Falo dos amplos arcos em ferradura que permitem a circulação interna. Apesar de todos eles adoptarem a mesma forma em ferradura, há uma subtil diferença que permite tecer considerações em matéria cronológica. Enquanto os quatro arcos da nave transversal (dois arcos que colocam em comunicação o cruzeiro com as dependências Sul e Norte dessa nave transversal e outros dois que permitem o acesso destas dependências às respectivas naves setentrional e meridional do corpo do templo) não apresentam qualquer decoração nas aduelas que os formam, a tripla arcada que secciona o espaço do corpo (permitindo a circulação entre as naves) contém uma muito discreta decoração, resumida a um simples rebordo no limite das aduelas, que forma um almofadado pouco pronunciado. À primeira vista, este elemento poderia ser resultado de uma empreitada inacabada, até porque as faces que apresentam esta decoração estão voltadas para as naves laterais, onde passam mais despercebidas, e não se vislumbram da nave central. Foi dessa forma que

os responsáveis pelo estudo de arqueologia da arquitectura interpretaram este elemento (UTRERO, 2012a: 135). No entanto, idêntica solução foi adoptada no arco triunfal da igreja de Balsemão e, também aí, apenas numa face. Com maior probabilidade, estar-se-á perante um artifício decorativo discreto, um «almofadado frouxo», como lhe chamou Ferreira de Almeida (2001: 30), mas que se institui como marca daqueles dois templos. Para o reconhecimento de fases construtivas em Lourosa, é o facto de os quatro arcos em ferradura da zona do cruzeiro e nave transversal terem sido já atribuídos à primeira fase do monumento (UTRERO, 2012a: 134), enquanto as duas arcadas da nave são produto de uma segunda fase. Às diferenças de aparelho entre ambas as etapas construtivas acima descritas, junta-se mais esta distinta opção de acabamento das aduelas dos arcos.

Os arcos que colocam em comunicação as dependências da nave transversal com as actuais naves laterais devem motivar mais algumas reflexões. A sua existência logo na primeira fase indica que esses vãos permitiam o aceso da nave transversal a uma área exterior, ou, em alternativa, já a compartimentos que, não sendo ainda naves laterais, tinham uma função de apoio ao templo. Na igreja monástica de Santa Lucía de El Trampal, por exemplo, o corpo da igreja era rodeado por dependências deste tipo, formando dois âmbitos diferenciados de aceso à nave transversal. E em Melque também o braço setentrional da nave transversal deu acesso a uma dependência de apoio. Pode ter sido esta também a primeira configuração de Lourosa, mas só uma rigorosa análise arqueológica ao subsolo poderá esclarecer esta hipótese. A circunstância de as dependências Norte e Sul da nave transversal abrirem para o exterior por portas de lintel recto, comparáveis às das faces ocidentais das naves laterais, é mais um indicador nesse sentido: na segunda fase, inutilizados os arcos originais porque passaram a permitir o acesso às naves laterais, terá havido necessidade de se rasgarem novas portas naqueles compartimentos extremos da nave transversal para permitir acessos ao exterior pelo lado poente.

Por esta necessariamente breve digressão sobre os aspectos decorativos e construtivos que mais aproximam Lourosa da arquitectura asturiana do tempo de Afonso III, é fácil compreender como são mais fortes os elementos que vinculam o templo à estética do século IX (não apenas San Julián de los Prados). Por essa razão, e abertas as perspectivas de interpretação de uma mais larga diacronia da obra com o recurso à arqueologia da arquitectura, encaro como probabilidade mais forte a hipótese de um primeiro edifício ter sido erguido ainda durante o século IX, em cronologia e âmbito impossíveis de definir neste momento, mas que pode ter sido determinado por uma natureza monástica, a confirmar-se a relevância da *eikonostasis* e a posterior incorporação daquilo que vem sendo catalogado como piscina baptismal rupestre. A esse edifício pertencerá grande parte do espólio decorativo, como os modilhões estriados e os óculos de ladrilho. Numa segunda fase, ao redor de 912, ter-se-á registado uma parcial reformulação do templo, ampliando-se o corpo, ou dando a esta parte nova configuração (possivelmente incluindo-se o *narthex* só nesta fase) e construindo-se uma torre-cruzeira, para lá de eventuais alterações no interior, como uma possível reforma da *eikonostasis* e do circuito interno de circulação de âmbito litúrgico.

Em 2002, entendi ainda que Lourosa havia sido construída num mesmo único momento ao redor de 912. Por essa razão, referi-me às opções estéticas do templo que veiculavam uma linguagem artística com quase um século de distância como um notável exemplo daquilo que NIETO ALCAIDE (1989: 169) chamou o «valor do passado», ou seja, uma deliberada intenção do tempo de Afonso III em «recuperar la vigencia y los usos de los primeros principios», convertendo-se o *asturiano* em modelo de si próprio (FERNANDES, 2008: 36). Esta hipótese encontrava reservas, algumas então colocadas. A confirmar-se esta opção, nenhum outro edifício do ciclo artístico de Afonso III e seus imediatos sucessores teria levado tão longe esta intenção como Lourosa, ainda que a dimensão comemorativa do tempo de Afonso III tivesse ficado clara no facto de a *Cruz da Vitória* ser uma comemoração da *Cruz*

dos Anjos e do próprio símbolo da monarquia asturiana. A verdade, porém, é que o que se conhece da arquitectura realizada em solo asturiano ao longo do século IX é muito pouco, tendo por comparação o que se terá edificado. Fernández Conde (2007: 58) enumerou perto de uma centena de igrejas que podem ter sido construídas entre os séculos VIII e X (entre fontes documentais e dados arqueológicos, artísticos e epigráficos), o que faz com que, por um lado, deixe de fazer sentido a tradicional sistematização da arte asturiana em ciclos artísticos vinculados aos reinados (Afonso II, Ramiro I, Afonso III...), e, por outro lado, que esta ampla dinâmica construtiva não possa resumir-se à encomenda régia (cf. tb. GARCÍA ÁLVAREZ *et alii*, 2001: 293). Diversificado o panorama, é natural que, ao lado dos grandes edifícios que chegaram até hoje, e cuja análise revela uma estrita evolução do “estilo asturiano”, muitos outros tenham existido, cujos modelos não acompanhavam a suposta vanguarda que caracterizaria a encomenda régia, tendo então existido manifestações continuadoras de linguagens em voga desde o tempo de Afonso II e outras mesmo vinculadas a estirpes nobres específicas, partindo do princípio que um mesmo promotor contrataria os mesmos artistas para diferentes obras nos seus domínios.

5. Conclusão

A maior proximidade dos elementos tipológicos de Lourosa em relação a San Julián de los Prados e não a San Salvador de Valdediós (longamente considerados como protótipos “naturais” das correntes artísticas vigentes durante os reinados de Afonso II e Afonso III, respectivamente) pode, afinal, não representar um afastamento cronológico de quase cem anos. Muito recentemente, María de los Ángeles Utrero Agudo atribuiu a obra de los Prados ao tempo de Afonso III (UTRERO, 2016: 35). Com razão, a autora retoma a argumentação de Collins (1989: 13) a respeito da não referência à igreja na *Crónica Albeldense* e, em contrapartida, a sua menção nas duas versões da *Crónica de Afonso III*, e faz uma minuciosa análise do estudo de arqueologia

da arquitectura do monumento e das muitas novidades e linhas de interpretação que tal trabalho contribuiu para uma mais rigorosa interpretação do edifício.

A proposta de atribuição de Santullano à época de Afonso III representa uma ruptura na historiografia asturiana e obriga à realização de novos estudos sobre outras dimensões da actividade construtiva nos reinos cristãos entre os séculos IX e X. Por exemplo, o estudo de Utrero Agudo não abrange todos os elementos tipológicos da igreja, em especial o modelo específico de modilhões estriados, que se repete em Lourosa, mas que está ausente em Valdediós, ou mesmo nas construções do Alto de Naranco. Se los Prados e Valdediós são, afinal, produtos de datas muito próximas entre si, qual a razão das grandes diferenças tipológicas que se encontram entre uma e outra? É um facto que o panorama construtivo asturiano em pleno século IX foi mais diversificado que as escassas obras que chegaram até hoje. Mas como explicar que duas edificações emblemáticas do tempo de Afonso III sejam tão distintas entre si e recorram a partidos estéticos tão diferentes?

A proposta de Utrero Agudo abre um novo capítulo no estudo da arte asturiana no âmbito estrito da história da arte. À luz desta nova proposta cronológica, impõe-se um estudo detalhado dos elementos tipológicos, dirigido a reconhecer sintonias e divergências em templos cronologicamente próximos, e encontrar as razões dessas diferentes opções. Abre-se, assim, um novo momento de diálogo entre história da arte e arqueologia da arquitectura, que mais uma vez tem as questões tipológicas no centro de debate.

Neste artigo, falei sobretudo de tipologia, mas não devem restar dúvidas sobre as grandes insuficiências do método comparativo para a alta Idade Média peninsular. O caso de Lourosa é paradigmático, por ser arrastado na linha do tempo por propostas cronológicas relativas a monumentos-âncora. As alterações ao catálogo são, de resto, um dos grandes problemas dos estudos tipológicos, como o debate entre visigodos e moçárabes

tão bem tem demonstrado. No território ocidental entre os rios Douro e Mondego, a abordagem tipológica mantém-se como única via para a aproximação a uma realidade material destituída de contextos arqueológicos ou documentais. Mas, na zona de Coimbra, por exemplo, existem dezenas de fragmentos alto-medievais que escapam aos estudos comparativos com a arte asturiana ou leonesa e não deixa de se estranhar que, em Coimbra, cidade condal durante cerca de 130 anos de vínculo a Oviedo ou a León, subsistam apenas duas peças que possam ser tipologicamente associadas à encomenda asturiano-leonesa. Apesar destes limites e destas insuficiências, creio ter contribuído para a interpretação histórica do território entre os rios Douro e Mondego a partir dos vestígios materiais existentes. Espero que as muitas hipóteses aqui deixadas, e as poucas conclusões, motivem novas abordagens a uma realidade material rica, porém demasiado descontextualizada.

BIBLIOGRAFIA

AILLET, Cyrille (2009): "El monasterio de Lorvão y los confines de la Beira (siglos IX-XII). Apuntes sobre la memoria histórica de un espacio de contacto", *Studia Historica – Historia Medieval*. 27. Salamanca, Universidad de Salamanca, 71-95.

AILLET, Cyrille (2010): *Les mozarabes. Christianisme, Islamisation et Arabisation en la Péninsule Ibérique (IXe-XIIe siècles)*. Madrid, Casa de Velázquez.

ALARCÃO, Jorge de (1996): "As origens do povoamento da região de Viseu", *Conímbriga*. 37. Coimbra, IAUC, 5-35.

ALARCÃO, Jorge de (2004): *In Territorio Colimbrie. Lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

ALARCÃO, Jorge (2006): "Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – IV", *Revista Portuguesa de Arqueologia*. vol. 9, 1. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 131-147.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973): "Notas sobre a Alta Idade Média no noroeste de Portugal – época paleocristã", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – série História*. 3. Porto, Universidade do Porto, 113-136.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986): "Arte da Alta Idade Média", *História da Arte em Portugal*, vol. 2. Lisboa, Alfa.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001): *História da Arte em Portugal*, vol. 1 (O Românico). Lisboa, Estampa.

ALVES, Alexandre (1975): "O sítio de Santa Cristina e as suas surpresas arqueológicas", *Beira Alta*. 34, fasc. 4. Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 429-454.

ARBEITER, Achim; NOACK-HALEY, Sabine (1999): *Hispania Antiqua. Christliche Denkmäler des frühen Mittelalters. Von 8. bis ins XI. Jahrhundert*. Mainz am Rhein, Deutsches Archäologisches Institut, Philipp Von Zabern.

BARKAI, Ron (2007): *El enemigo en el espejo. Cristianos y musulmanes en la España medieval*. Madrid, Rialp.

BARREIROS, Manuel de Aguiar (1934): *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*. Porto, ed. Marques Abreu.

BARROCA, Mário Jorge (2010-2011): "Sepulturas escavadas na rocha de entre-Douro-e-Minho", *Portugália*, nova série. 31-32. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 115-182.

BARROCA, Mário Jorge (1987): *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V-XV)*. Porto, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

BARROCA, Mário Jorge (1990): "Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho", *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. 4. Braga, Cabido da Sé de Braga, 101-145.

BARROCA, Mário Jorge (1990-91): "Do castelo da Reconquista ao Castelo românico (sécs. IX a XII)", *Portugália*. Nov. sér., 11-12. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 89-136.

BARROCA, Mário Jorge (2000): *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, 4 vols. Lisboa, Fundação de Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

BEIRANTE, Ângela (1993): "A "Reconquista" cristã", SERRÃO, J. MARQUES, A. H. (ed.): *Nova História de Portugal*. 2. Lisboa, Presença, 253-365.

CABALLERO, Luis 2012: "Observaciones arqueológicas sobre producción arquitectónica y decorativa de las iglesias de San Miguel de Lillo y Santianes de Pravia", CABALLERO, Luis, MATEOS, Pedro, GARCÍA DE CASTRO, César (ed.): *Asturias entre Visigodos y Mozárabes*. Madrid, CSIC, 89-123.

CARRIEDO TEJEDO, Manuel (1998-99): "Los episcopos portugueses en los siglos IX y X a través de los obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI", *Bracara Augusta*. 48, n.º101-102. Braga, Câmara Municipal, 311-401.

CASARIEGO, Jesús Evaristo (ed. 1985): *Crónicas de los reinos de Asturias y León*. Madrid, Everest.

CATARINO, Helena (2005): "Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbi) e as escavações na Universidade de Coimbra", *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Palmela, Camara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 195-214.

- CATARINO, Helane, FILIPE, Sónia, SANTOS, Constança (2009): “Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos”, *Xelb*. 9. Silves, CMS, 333-378.
- CID PRIEGO, Carlos (1995): *Arte prerrománico de la monarquía asturiana*. Oviedo, GEA.
- COLLINS, Roger (1989): “Doubts and certainties on the churches of early medieval Spain”, LOMAX, Derek, MACKENZIE, David (ed.): *God and man in Medieval Spain*. Warminster, Aris&Phillips, 1-18.
- CORREIA, Fernando Branco (2011): “La ciudad en el occidente de al-Andaluz. Apuntes para una perspectiva histórico-militar”, *I Simposium Internacional Escenarios Urbanos de Al-Andalus y el Occidente musulmán*. Málaga, ed. Iniciativa Urbana, 111-135.
- CORREIA, Vergílio (1912): *A Igreja de Lourosa da Serra*. Lisboa, Tip. de Antonio Maria Antunes.
- CORREIA, Vergílio (1946-1953): *Obras*, 3 vols. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- CORATELO VALLEDOR, Armando (1933): *Historia crítica y documentada de Alfonso III, el Magno, último rey de Asturias*. Madrid, Librería General de Victoriano Suárez.
- DAVID, Pierre (1969): “Sur l’église de São Pedro de Coimbra”, *Revista Portuguesa de História*. 12. Coimbra, Universidade de Coimbra, 121-124.
- DGEMN (1949): *Igreja de S. Pedro de Lourosa*, Boletim da DGEMN, 55. Lisboa, MOP.
- ESTEFÂNIO, Abel (2009): “08. Lintel. Imposta (?)”, *Arte, poder e religião nos tempos medievais. A identidade de Portugal em construção*. Viseu, Câmara Municipal de Viseu e Museu de Grão Vasco, 108-109.
- FELIPE RODRÍGUEZ, Helena (1997): *Identidad y onomástica de los beréberes de al-Andalus*. Madrid, CSIC.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1972): *Território e política portugalenses (séculos VI-XII)*, Porto.
- FERNANDES, Armando de Almeida (1973): *Portugal no período vimaranense (868-1128), sep. Revista de Guimarães*. Barcelos, Ed. Minho.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2002): *A igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa*. Lisboa, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2008): “A igreja de São Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana”, *Arqueologia Medieval*. 10. Mértola e Porto, Campo Arqueológico de Mértola e ed. Afrontamento, 21-40.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2016a): *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2016b): “1.4.2. (Re)conquista: a expansão asturiano-leonesa”, PAIVA, José Pedro (ed.): *História da Diocese de Viseu*. Viseu, Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, 68-80.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2017a): “A dimensão monástica da expansão asturiano-leonesa nas Beiras. Sécs. IX-X”, *De Cister a outros espaços e caminhos. As Beiras e as suas expressões histórico-culturais*. Lafões, Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, pp.139-163.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2017b): “Sinais de vitalidade cristã sob domínio islâmico: a diocese moçárabe”, *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa, Patriarcado de Lisboa, no prelo.
- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier (1994): “La fundación de San Salvador de Valdediós. Fuentes epigráficas”, *La época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós*. Oviedo, Universidad de Oviedo, 213-247.
- FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier (2007): “El papel de la monarquía en la consolidación señorial del obispo de Oviedo”, *Studia Historica*. 25. Salamanca, Universidad de Salamanca, 67-87.
- FERREIRA, Maria do Céu, LOBÃO, Joao Carlos (2013): “Arqueologia no castelo de Trancoso: novos dados para o estudo da fortificação”, FERNANDES, Isabel (ed.): *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. 2. Ed. Colibri e Campo Arqueológico de Mértola, 761-771.
- FLORIANO, Antonio (1949-51): *Diplomática española del período astur, 718-910*. Oviedo, Instituto de Estudios Riojanos.
- FRADE, Helena, MOREIRA, José Beleza (1992): “A arquitectura das termas romanas de S. Pedro do Sul”, *Espacio, Tiempo y Forma*, série II. 5. Madrid, Universidad Nacional de Educación a la Distancia, 515-544.
- FRIAS, Agostinho Figueiredo (2000): “Fragmento de Hispana”, *Cristo, fonte de esperança*, Porto, Diocese do Porto, 204-205.
- GARCÍA ÁLVAREZ-BUSTO, Alejandro, RODRÍGUEZ VÁZQUEZ, Ángela, ADÁN ÁLVAREZ, Gema Elvira, GONZÁLEZ CALLE, Jesús António (2001): “Arquitectura religiosa del siglo X: San Salvador de Priesca (Villaviciosa, Asturias): de la iglesia monástica a la parroquia”, *La Península Ibérica en torno al año 1000*, Ávila, Fundación Sánchez Albornoz, 285-310.
- GARCÍA DE CASTRO, César (1997): “Las estructuras occidentales en la Arquitectura altomedieval asturiana”, *Religion and Belief in Medieval Europe*. 4. Zellik, 159-170.
- GERBET, Marie-Claude (2001): “Los españoles de la «frontera» (siglos VIII-mediados del siglo XIV)”, BONNASSIE, Pierre, GUICHARD, Pierre e GERBET, Marie-Claude (ed.): *Las Españas Medievales*, Barcelona, ed. Crítica, 189-247.
- GOMES, Saúl António (2000): “A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural”, AZEVEDO, Carlos (ed): *História religiosa de Portugal*, 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 339-421.
- GONÇALVES, António Nogueira (1980): “As pontes do Mestre Zacarias de Córdova no século X”, *Ocidente*, 72, republ. *Estudos de História da Arte medieval*, Coimbra, Epartur, 99-116.

- GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés (2006): “El diácono Rodrigo de Coimbra: fundador de tres ecclesiae en la Galicia del siglo VIII”, *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Marques*, 1. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 439-451.
- GUERRA, Amílcar (2007): “Sobre o território e a sede dos Lancienses (Oppidani e Transcvdani) e outras questões conexas”, *Conimbriga*, 46. Coimbra, Universidade de Coimbra, 161-206.
- GUERRA, Amílcar, SCHATTNER, Thomas (2010): “El foro y el templo de Lancia Oppidana: nueva interpretación de Centum Celas (Belmonte)”, NOGALES, Trinidad (ed.): *Ciudad y foro en Lusitania romana*. Badajoz, Universidad de Extremadura, 333-342.
- GUICHARD, Pierre (1998): *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*, 2.ª ed., facsímil. Granada, Universidad de Granada.
- HERCULANO, Alexandre (ed.) (1868): *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, Lisboa.
- LACERDA, Aarão de (1942): *História da Arte em Portugal*. Barcelos, Portucalense Editora.
- LIMA, António Carvalho (2010-2011): “Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana”, *Portugália*. Nova série, 31-32. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 83-114.
- RODRIGUES, Manuel (ed.) (1999): *Livro Preto*. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra.
- LOURENÇO, Sandra (2007): *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- MACIAS, Santiago (2005): “Islamização no território de Beja – reflexões para um debate”, *Análise Social*. vol. 39, n.º173. Lisboa, 807-826.
- MACIEL, M. Justino (1996): *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa, ed. Autor.
- MAN, Adriaan de (2006): *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa, Sílabo.
- MANTAS, Vasco Gil (2003): “Indícios de um campo romano na Cava de Viriato?”, *Al-Madan*. 2.ª série, 12. Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 40-42.
- MANZANO, Eduardo (2006): *Conquistadores, Emires y Califas. Los omeyas en la formación de al-Andalus*. Barcelona, Crítica.
- MARINHO, José Rodrigues (1971): “As moedas hispanomuçulmanas do Museu Machado de Castro em Coimbra”, *O Arqueólogo Português*. Série III, 5. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 249-255.
- MARQUES, José (1990): “O monacato bracarense em fase de mudança (séculos XI-XII)”, *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga*, 1. Braga, Arquidiocese de Braga, 319-333.
- MARQUES, Jorge Adolfo (1999): *Carta arqueológica do concelho de Vouzela*. Vouzela, Câmara Municipal de Vouzela.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2009): “Espacios sin Estado: los territorios occidentales entre el Duero y el Sistema Central (siglos VIII-IX)”, MARTÍN VISO, Iñaki (ed.): *Tiempos Oscuros? Territorios y sociedad en el centro de la Península Ibérica (siglos VII-X)*. Madrid y Salamanca, Ed. Sílex y Universidad de Salamanca, 107-135.
- MATTOSO, José (1992): “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, MATTOSO, José (dir.): *História de Portugal*, 1. Lisboa, Círculo de Leitores, 439-565.
- MATTOSO, José (2001): “A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII”, *Anuario de Estudios Medievales*, 6, 1969, 465-520, republ. *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 117-189.
- MATTOSO, José (2001): “As famílias condais portucalenses dos séculos X e XI”, *Studium Generale*. 12. 1968-1969, 59-115, republ. *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 75-117.
- MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, José Miguel (1985): “Ruptura social e implantação del feudalismo en el noroeste peninsular (siglos VIII-X)”, *Studia Historica – Historia Medieval*. 3. Salamanca, Universidad de Salamanca, 7-32.
- MOREIRA, David Bruno Soares (1921-22): “As «marcas de pedreiro» nas fortificações de Trancoso”, *O Arqueólogo Português*. 25. Lisboa, Imprensa Nacional, 191-196.
- MORENO MARTÍN, Francisco José (2011): *La arquitectura monástica hispana entre la Tardoantigüedad y la Alta Edad Media*. Oxford, Archaeopress.
- MORUJÃO, Maria do Rosário (2013): “A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal”, SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.): *Espaço, poder e memória. A catedral de Lamego. Sécs. XII-XX*. Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 15-45.
- NASCIMENTO, Augusto Aires (1999): “A iluminura hispânica primitiva: fragmentos de um universo cultural”, *A iluminura em Portugal. Identidade e influências*. Lisboa, Ministério da Cultura, 111-125.
- NIETO ALCAIDE, Victor Manuel (1989): *Arte prerromânico asturiano*. Salinas, Ayalga.
- OLIVEIRA, A. Nazaré (2001): “Para a história do concelho de S. Pedro do Sul”, *Beira Alta*. 61 [60], fasc. 1 e 2. Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 51-143.
- PEDRO, Inés, VAZ, João (1995): “Basílica e necrópole altomedievais de Viseu”, *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona, Instituto d'Estudis Catalans, Universidad de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 343-352.
- PESSANHA, José (1927): *Arquitectura pré-românica em Portugal*. S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa. Coimbra.
- PICARD, Christophe (2000): *Le Portugal musulman (VIII – XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris, Maisonneuve et Larose.

- PICARD, Christophe (2005): “Les Marches du Gharb al-Andalus à l’époque omeyyade d’après le Muqtabis d’Ibn Hayyân (IXe-Xe siècle)”, FERNANDES, Isabel (ed.): *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 71-76.
- PIMENTEL, António Filipe (2003): *A morada da sabedoria. O paço real de Coimbra. Das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra.
- QUINTANA PRIETO, Augusto (1967): “Compludo, sede del concilio de Irago”, *Bracara Augusta*. 21, n.ºs. 47-50. Braga, Câmara Municipal do Braga, 141-156.
- REAL, Mário Guedes (1970): “Mosteiro de Fráguas e sua igreja”, *Beira Alta*. 29 (3). Viseu, Assembleia Distrital de Viseu, 401-416.
- REAL, Manuel Luís (1985): “Notícia histórica, Pousada de Santa Marinha de Guimarães”, *Boletim da DGEMN*. 130. Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 7-54.
- REAL, Manuel Luís (1990): “O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, I*, Braga, Arquidiocese de Braga, 435-510.
- REAL, Manuel Luís (1995): “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular”, *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona, Instituto d’Estudis Catalans, Universidad de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 17-68.
- REAL, Manuel Luís (1999): “O disco de Sabante e a influência da arte asturiana na área galaico-portuguesa”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, 2. Porto, Universidade do Porto, 261-274.
- REAL, Manuel Luís (2000): “Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe”, CABALLERO, Luís, MATEOS, Pedro (ed.): *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la alta Edad Media*. Madrid, CSIC, 21-75.
- REAL, Manuel Luís (2005): “Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal)”, FERNANDES, Isabel (ed.): *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*. Câmara Municipal de Palmela y Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 275-292.
- REAL, Manuel Luís (2007): “A escultura decorativa em Portugal: o grupo «portucalense»”, CABALLERO, Luís, MATEOS, Pedro (ed.) *La escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica*. Madrid- Mérida, CSIC, 133-170.
- REAL, Manuel Luís (2013): “O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões”, *Revista da Fac. Letras – Ciências e Técnicas do Património*. 12. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 203-230.
- REAL, Manuel Luís (2014): “A dinâmica cultural em Portucale e Colimbrie nos séculos VIII-XI”, MAN, Adriaan de, TENTE, Catarina (coord.): *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e o Centro de Portugal. Séculos IX a XII*. Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 13-56.
- REAL, Manuel Luís (2017): “O papel das elites na definição do território”, TENTE, Catarina (coord.): *Do império ao reino. Viseu e o território. Séculos IV a XII*. Viseu, Câmara Municipal do Viseu, no prelo.
- REAL, Manuel Luís, FERNANDES, Paulo Almeida (2017): “A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando”, *Congresso Internacional Coimbra Cidade Aberta*, Coimbra, Universidade do Coimbra, no prelo.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, María Carmen (1994): “El Bierzo en la época de Alfonso III”, *La época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós*. Oviedo, Universidad de Oviedo, 151-164.
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio (1975): *Orígenes de la nación española. Estudios críticos sobre la Historia del reino de Asturias*, 3. Madrid, CSIC.
- SANTOS, Constança, ALBUQUERQUE, Elisa (2014): “Cerâmicas medievais da Capela de São Pedro da Capinha, Fundão”, MAN, Adriaan de, TENTE, Catarina (ed.): *Estudos de cerâmica medieval. O Norte e Centro de Portugal. Séculos IX a XII*. Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 99-107.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2010): “Viseu – do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185). A renovação de um perfil urbano”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 10 (1). Coimbra, Universidade de Coimbra, 11-36.
- SASTRE DE DIEGO, Isaac (2012a): *Los altares de las iglesias hispanas tardoantiguas y altomedievales. Estudio arqueológico*. Oxford, Archaeopress.
- SASTRE DE DIEGO, Isaac (2012b): “Un modelo de altar asturiano? Del arquetipo de Quinzanas a la obra excepcional de Naranco”, Caballero, Luís, MATEOS, Pedro y GARCÍA DE CASTRO, César (ed.): *Asturias entre visigodos y mozárabes*. Madrid, CSIC, 179-207.
- SOARES, Torquato de Sousa (1941): “A inscrição tumular do bispo Nausto de Coimbra (867-912)”, *Revista Portuguesa de História*. 1. Coimbra, Universidade do Coimbra, 144-148.
- SUÁREZ OTERO, José (2003): “Del locus sancti Iacobi al burgo de Compostela”, PORTELA, Ermelindo (coord.): *Historia de la Ciudad de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela, Concello de Santiago de Compostela, Consorcio da Cidade de Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 49-77.
- TAFT, Sarah (1997): “119. Reliquary cross”, *The Glory of Byzantium. Art and Culture of the Middle Byzantine Era. A. D. 843-1261*. Nova Iorque, The Metropolitan Museum of Art, 169.
- TEIXEIRA, Ricardo (1996): *De Acquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Porto, Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Porto.
- TENTE, Catarina (2009a): “Dos «bárbaros» ao Reino de Portugal”, *Celorigo da Beira na História, Celorigo da Beira*, Celorigo da Beira, Câmara Municipal de Celorigo da Beira, 46-60.

TENTE, Catarina (2009b): "Viver em autarcia. A organização do território do Alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X", MARTÍN VISO, Iñaki (ed.): *¿Tiempos Oscuros? Territorios y sociedades en el centro de la Península Ibérica (siglos VII a X)*. Salamanca, Universidad de Salamanca, 137-157.

TENTE, Catarina (2016a): "1.5.1. A cidade e a catedral", PAIVA, José Pedro (ed.): *História da Diocese de Viseu*, vol. 1. Viseu, Diocese de Viseu, 109-119.

TENTE, Catarina (2016b): "6.1.2. A morte e os rituais fúnebres", PAIVA, José Pedro (ed.): *História da Diocese de Viseu*, vol. 1. Viseu, Diocese de Viseu, 502-509.

TENTE, Catarina, Carvalho, Antonio Faustino (2011): "The establishment of radiocarbon chronologies for early Medieval sites: a case study from the Uppar Mondego Valley (Guarda, Portugal)", *Munibe*. 62. San Sebastián, Sociedad de Ciencias Aranzadi, 461-468.

UTRERO, M.^a Ángeles (2010): *Análisis arqueológico de la iglesia de São Pedro de Lourosa (Oliveira do Hospital, Coimbra), Portugal. Memoria de actividades*, Madrid. CSIC, informe manuscrito depositado en el MECD.

UTRERO, M.^a Ángeles (2012a): "A finales del siglo IX e inicios del X. Entre asturianos y mozárabes, Asturias entre visigodos y mozárabes", Caballero, Luis, MATEOS, Pedro y GARCÍA DE CASTRO, César (ed.): *Asturias entre visigodos y mozárabes* Madrid, CSIC, 125-145.

UTRERO, M.^a Ángeles (2012b): "Análisis arqueológico de la Varanda dos Cónegos, Sé de Viseu, Portugal. Primeros resultados", *Informes y Trabajos. Excavaciones en el exterior 2011*, Madrid, MECD, 585-605.

UTRERO, M.^a Ángeles (2016): "La basílica de San Julián de los Prados. Alfonso III, Selgas y Schlunk", UTRERO, M.^a Ángeles (ed.): *Iglesias altomedievales en Asturias. Arqueología y Arquitectura*. Madrid, CSIC, 11-38.

VIEIRA, Marina Afonso (2009): "Reflexões em torno do povoamento alto medieval da bacia superior do rio Paiva", MARTÍN VISO, Iñaki (ed.): *¿Tiempos Oscuros? Territorios y sociedades en el centro de la Península Ibérica (siglos VII a X)*. Salamanca, Universidad de Salamanca, 93-106.

ZOZAYA, Juan (2010): *La línea de fortificaciones andalusíes del Duero oriental, Patrimonio Cultural y Territorio en el Valle del Duero*. Zamora, Junta de Castilla y León.